Woodrow Wilson International Center for Scholars
Brazil Institute

Brazilian Embassy in Washington

PERSPECTIVAS BRASILEIRAS
sobre os Estados Unidos

PROMOVER OS ESTUDOS DOS EUA NO BRASIL

editado por
Paulo Sotero

PERSPECTIVAS BRASILEIRAS sobre os Estados Unidos

PROMOVER OS ESTUDOS DOS EUA NO BRASIL

Woodrow Wilson International Center for Scholars
Brazil Institute

Brazilian Embassy in Washington

PERSPECTIVAS BRASILEIRAS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Promover os Estudos dos EUA no Brasil

Editado por
Paulo Sotero

Janeiro de 2007

Woodrow Wilson
International
Center
for Scholars

Disponível no Latin American Program e no Brazil Institute

Woodrow Wilson International Center for Scholars
One Woodrow Wilson Plaza
1300 Pennsylvania Avenue NW
Washington, DC 20004-3027

www.wilsoncenter.org

ISBN 1-933549-13-0

O Woodrow Wilson International Center for Scholars, criado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1968 e sediado em Washington, D.C., é um memorial vivo ao Presidente Wilson, que governou entre 1913 e 1921. A missão do Centro é celebrar os ideais e a preocupações de Woodrow Wilson ao promover uma conexão entre o mundo das idéias e o da formulação de políticas públicas, fomentando a pesquisa, o estudo, a discussão e a colaboração entre um amplo leque de indivíduos preocupados com a formulação de políticas e a produção acadêmica em questões nacionais e mundiais. Apoiado por fundos públicos e privados, o Centro é uma instituição não partidária engajada no estudo de assuntos nacionais e internacionais. O Centro estabelece e mantém foros de diálogo neutros, abertos e bem informados. Conclusões e opiniões expressas em publicações e programas do Centro são dos autores e palestrantes e não refletem necessariamente as visões dos funcionários, bolsistas, curadores e grupos consultivos do Centro ou de quaisquer indivíduos ou organizações que apóiam o Centro financeiramente.

O Centro edita *The Wilson Quarterly* e abriga o Woodrow Wilson Center Press, o programa de rário e televisão *Dialogue* e o boletim mensal *Centerpoint*. Para mais informações sobre as atividades e publicações do Centro, por favor visite-nos no seguinte endereço: www.wilsoncenter.org

O Brazil Institute foi criado em junho de 2006 a partir da convicção de que o Brasil e suas relações com os Estados Unidos merecem maior atenção em Washington. A população, o tamanho e a economia do Brasil, bem como sua posição única de líder regional e ator global, justificam tal atenção. Parte do Programa Latino-americano do Wilson Center, o Brazil Institute tem qualidades que o diferenciam de outras instituições de Washington: uma abordagem abrangente e em profundidade das questões com que lidam os formuladores de políticas públicas no Brasil, nos Estados Unidos e nos vários bancos e organismos internacionais sediados em Washington; apresentações e publicações de alto nível; um foro não partidário para discussões sérias; e a capacidade de abrigar estudiosos de políticas públicas. As atividades regulares do Instituto incluem seminários que estimulam a reflexão crítica e não partidária de questões cruciais para o desenvolvimento do Brasil, de suas relações internacionais, de sua economia e de sua política. Esses seminários apresentam os pontos de vista de estudiosos e formuladores de políticas públicas de alto nível, bem como de líderes empresariais e da sociedade civil sobre os vários desafios e oportunidades com que se defrontam o Brasil e as relações Brasil-EUA. O Brazil Institute reforça o perfil do Brasil em Washington graças à presença no Wilson Center de brasileiros e brasilianistas escolhidos entre acadêmicos, intelectuais, escritores, jornalistas, ex-diplomatas e ex-altos funcionários governamentais para realizar pesquisas ou refletir sobre suas experiências. O Instituto também organiza e abriga reuniões de grupos de alto nível compostos por pessoas especialmente convidadas — formuladores de políticas públicas, analistas, líderes do setor privado e estudiosos —, elevando assim o nível do debate e da atenção dados ao país e a seus temas e promovendo relações mais construtivas e bem informadas entre o Brasil e os Estados Unidos. Os resultados desses encontros e os estudos desenvolvidos em preparação a eles são amplamente disseminados em forma de artigos no website, editoriais, boletins e relatórios e distribuídos aos membros da comunidade de formuladores de políticas e aos brasileiros e brasilianistas ativos na moldagem das percepções dos EUA sobre o Brasil. Eventos e programas mais significativos também resultam na publicação de livros pela editora Woodrow Wilson Center Press. O Brazil Institute mantém ainda o Portal para o Brasil, uma ferramenta online especializada, com notícias e análises atualizadas, em inglês e português, sobre temas relevantes.

Lee H. Hamilton, President and Director

Board of Trustees
Joseph B. Gildenhorn, Chair
David A. Metzner, Vice Chair
Public members: Joseph B. Gildenhorn, Chair; David A. Metzner, Vice Chair. Public Members: James H. Billington, Librarian of Congress; Allen Weinstein, Archivist of the United States; Bruce Cole, Chair, National Endowment for the Humanities; Michael O. Leavitt, Secretary, U.S. Department of Health and Human Services; Tamala L. Longaberger, Designated Appointee of the President from Within the Federal Government; Condoleezza Rice, Secretary, U.S. Department of State; Lawrence M. Small, Secretary, Smithsonian Institution; Margaret Spellings, Secretary, U.S. Department of Education
Private Citizen Members: Carol Cartwright, Robin B. Cook, Donald E. Garcia, Bruce S. Gelb, Sander R. Gerber, Charles L. Glazer, Ignacio Sanchez

BIOGRAFIAS

Roberto Abdenur foi nomeado embaixador do Brasil no Estados Unidos em abril de 2004. Diplomata de carreira, ocupou vários cargos em mais de quatro décadas de serviços prestados ao Ministério das Relações Exteriores. Entre os mais importantes, foi secretário-geral do Itamaraty e embaixador na Áustria, Alemanha, China e Equador. É formado em Economia pela London School of Economics e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Jacques d'Adesky é pesquisador do Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes (UCAM). É doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, e licenciado em Ciências Econômicas pela Universidade de Louvain (Bélgica). Trabalhou como funcionário internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na República Centro-Africana. Foi assessor internacional do Centro Cultural Cândido Mendes e Vice-Diretor Administrativo do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da UCAM. É membro do Conselho Consultivo de *Africana: The Encyclopedia of the African and African American Experience*. Publicou artigos em revistas acadêmicas, livros, o último dos quais, *Antiracismo, Liberdade e Reconhecimento*, foi lançado recentemente.

Carlos da Fonseca é diplomata de carreira desde 1996. Trabalhou na Divisão do Mercado Comum do Sul e na embaixada do Brasil em Washington, onde exerceu a função de primeiro secretário no setor político. Formou-se em História na Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, Paris, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem mestrado em Políticas Públicas pela Kennedy School of Government da Universidade de Harvard. Publicações recentes: "Deus está do Nosso Lado: Religião e Política Externa nos EUA" em *Contexto Internacional* (no prelo); "Fora dos Radares de Washington: A Relação EUA-América Latina e a Questão do Déficit de Atenção" e "Os Think Tanks e a política americana", na *Revista Política Externa*.

Carlos Eduardo Lins da Silva é diretor de relações institucionais na PATRI, Inc, desde 2004. Formou-se em jornalismo na Faculdade Cásper Líbero. É mestre em Comunicação pela Michigan State University (como bolsista da Fundação Fulbright) e doutor e livre-docente em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Foi diretor-adjunto de redação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico* e correspondente da *Folha* em Washington. Lecionou nas universidades de São Paulo, Georgetown, Texas, Michigan State, Rio Grande do Norte, Católica de Santos e Metodista de São Paulo. Foi scholar do Woodrow Wilson Center e é coordenador do Grupo de Estudos de Sociedade e Mídia do Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo.

Cristina Soreanu Pecequilo é professora de Relações Internacionais da UNESP. É também colaboradora do RELNET/UnB, pesquisadora associada do Núcleo de Estudos de Relações Internacionais da UFRGS e professora visitante do UNIBERO. Tem doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É especialista em política externa dos Estados Unidos e autora de estudos de conjuntura sobre o sistema internacional e a política externa das grandes potências, a inserção mundial e a política externa do Brasil, a história e a teoria das relações internacionais. Tem diversos artigos sobre o tema disponíveis em sites e revistas especializadas, Publicou os seguintes livros: *Os Estados Unidos: Hegemonia e Liderança na Transição, Introdução às Relações Internacionais*, e *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança*.

Paulo Sotero é diretor do Brazil Institute do Woodrow Wilson Center. Jornalista desde 1968, foi correspondente em Lisboa e editor-assistente da revista Veja para a América Latina. Em Washington desde 1980, foi correspondente dos jornais *Gazeta Mercantil* e *Estado de S. Paulo*. Atuou como comentarista e analista da rádio BBC Brasil, Rádio França Internacional e Rádio Eldorado de São Paulo. É, desde 2003, professor visitante no departamento de Espanhol e Português e no Centro de Estudos da América Latina da Edmund A. Walsh School of Foreign Service da Georgetown University. Tem bacharelado em História pela Universidade Católica de Pernambuco, Brasil, e mestrado em Jornalismo e Políticas Públicas pela American University, Washington, D.C.

SUMÁRIO

Os Desafios de Promover os Estudos dos EUA no Brasil **3**
Paulo Sotero

Projeto Americanistas: Apresentação e Reflexões Iniciais **7**
Roberto Abdenur

Conhecer Bem os EUA é Bom para o Brasil **13**
Carlos Eduardo Lins da Silva

Os Estudos Americanistas diante das Relações Raciais **19**
Jacques d'Adesky

De Bush a Bush (1989–2006): A Política Externa dos EUA **31**
Cristina Soreanu Pecequilo

A Política Externa Americana e o Papel dos Ideólogos: Comparando os Governos Ronald Reagan e George W. Bush **51**
Carlos da Fonseca

OS DESAFIOS DE PROMOVER OS ESTUDOS DOS EUA NO BRASIL

Paulo Sotero*

Historicamente, os Estados Unidos têm sido desproporcionalmente mais relevantes para o Brasil do que o Brasil para os Estados Unidos. Essa assimetria de interesses, verdadeira para a maioria dos países em relação aos EUA, poderia sugerir que os intelectuais brasileiros estudam de perto as diferentes facetas da realidade americana em seus esforços para influir no debate e influenciar a formulação de políticas públicas em seu país. O oposto, no entanto, parece ser verdade. Enquanto que os estudos sobre os Estados Unidos começaram a ganhar algum espaço no mundo acadêmico brasileiro apenas depois da redemocratização de 1985, nos últimos cinqüenta anos uma safra crescente de estudiosos americanos continuou a estudar o maior país da América do Sul, a despeito de seu modesto impacto nos EUA. Conhecidos como "brazilianistas", esses acadêmicos produziram uma profusão de artigos e livros de história, economia, ciências políticas e sociais, alguns dos quais foram traduzidos para o português e tornaram-se indispensáveis aos estudos de temas brasileiros mesmo em universidades do Brasil.

No dia 18 de setembro de 2006, o Instituto Brasil do Woodrow Wilson International Center for Scholars e a Embaixada do Brasil em Washington co-patrocinaram uma conferência para examinar a situação dos estudos dos EUA no Brasil e fazer recomendações sobre como reforçar e aprofundar esse campo de pesquisa. O evento, que marcou o lançamento oficial do Projeto de Estudos dos Estados Unidos, teve como anfitrião o embaixador do Brasil em Washington, *Roberto Abdenur.* Começou com um café da manhã de trabalho para cerca de trinta *scholars*, representantes de instituições relevantes e ex-embaixadores na residência da embaixada, e concluiu com um seminário na sede da chancelaria brasileira em Washington.

Ao abrir a conferência, o embaixador Abdenur argumentou que, sem detrimento do trabalho significativo realizado por acadêmicos brasileiros sobre os Estados Unidos, os estudos desse país no Brasil estão necessitados de um estímulo externo. Se, por um lado, existe uma saudável curiosidade entre os dois países, os estudos avançados sobre os EUA no Brasil são modestos, na melhor das hipóteses. É de importância estratégica que o Brasil compreenda melhor os Estados Unidos: como se dá o processo decisório nos EUA e como o país encara a América Latina, percebe as relações raciais e vê os investimentos estrangeiros. A conferência foi, nesse sentido, uma resposta à relativa

* Diretor do Instituto Brasil do Woodrow Wilson International Center for Scholars

falta de oferta de pesquisas e análises sobre os Estados Unidos, diante da elevada demanda que a realidade impõe.

Na seção de trabalho realizada antes do encontro, *Philipa Strum*, diretora de Estudos dos Estados Unidos no Wilson Center, propôs com êxito uma mudança de nomenclatura, sob o argumento de que o uso de "Estudos dos EUA" em lugar de "Estudos Americanos" evita o etnocentrismo. Ela também enfatizou a importância de uma abordagem multidisciplinar nos estudos avançados e pesquisas sobre os Estados Unidos no Brasil. No seminário, *Cynthia Arnson*, diretora do Programa Latino-americano do Wilson Center, chamou a atenção para a relativa ambivalência dos acadêmicos brasileiros interessados em estudar os Estados Unidos e sublinhou a importância da pesquisa como meio de promover uma melhor compreensão sobre os EUA. O conhecimento sobre os Estados Unidos é cada vez mais importante para o Brasil, dada a recente inserção do país no sistema global e o fato de que o Brasil é um ator internacional mais ativo e construtivo do que a maioria dos países da mesma estatura econômica. Os participantes do seminário incluíram *Eliana Cardoso*, da Fundação Getúlio Vargas, e *Carlos Pio*, da Universidade de Brasília. *Cristina Pecequilo*, da Universidade Estadual de São Paulo, *Antonio Pedro Tota*, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e *Jacques d'Adesky*, da Universidade Cândido Mendes, apresentaram trabalhos sobre perspectivas brasileiras a respeito dos Estados Unidos.

Este relatório bilíngue é um registro parcial da conferência e inclui trabalhos de outros indivíduos que contribuíram para a iniciativa. Viabilizado graças ao apoio financeiro da Embaixada do Brasil, o volume começa com uma avaliação do embaixador *Roberto Abdenur* sobre os Estudos dos EUA no Brasil e a necessidade de buscar e investir mais capital financeiro e intelectual nesse campo de pesquisa. "Os Estados Unidos são, desde há muito, e crescentemente nos dias que correm, por demais relevantes no cenário internacional para que nos possamos dar ao luxo de ignorá-los ou desconhecê-los", escreve ele. As causas da relativa falta de interesse do Brasil nos estudos sobre os EUA, que ocuparam parte das discussões, são aprofundadas também por Carlos Eduardo Lins da Silva. Jornalista, ex-*scholar* do Woodrow Wilson Center e atual membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasil, Lins da Silva foi quem deu a idéia original do projeto de Estudos dos EUA.

Carlos Pio procurou explicar a relativa falta de interesse, entre os cientistas sociais do Brasil, pelos Estados Unidos e países estrangeiros em geral. Ele argumentou que os acadêmicos brasileiros não estão negligenciando apenas os estudos dos Estados Unidos, pois não estudam nem seus vizinhos imediatos, e muito menos o resto do mundo. Numa confirmação desta avaliação, em janeiro de 2007 o Itamaraty anunciou uma iniciativa para atrair universidades brasileiras à promoção dos estudos da América do Sul, para sanar a relativa falta de conhecimento especializado sobre a região.

O livro contém três textos apresentados no seminário. *O Imperialismo Sedutor*, de *Antonio Pedro Tota*, aparece aqui pela primeira vez em inglês, em versão abreviada. Publicado em 2000 pela Companhias das Letras (e por esta razão não incluído na

metade em português deste volume), o texto relata a história da bem-sucedida campanha de mídia organizada pelo jovem milionário republicano Nelson D. Rockefeller em nome da administração democrata do presidente Franklin Delano Roosevelt para conquistar os corações e mentes dos brasileiros e assegurar o apoio logístico e de tropas do Brasil às forças Aliadas contra o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

Jacques d'Adesky retraça a história dos estudos brasileiros sobre raça desde Gilberto Freyre e conclui que os acadêmicos do país raramente buscaram inspiração ou fizeram comparações com os Estados Unidos porque a tensão nas relações raciais, historicamente mais alta nos EUA, criou a percepção, entre eles, de que a situação no Brasil era melhor. No momento em que o Brasil debate-se com a implementação de políticas de ação afirmativa claramente inspiradas na experiência dos EUA, D'Adesky sustenta que os estudiosos brasileiros das relações raciais precisam examinar se há lições a aprender com o vizinho ao norte, tal como o fato de que uma classe média negra emergiu nos Estados Unidos como resultado, em parte, da adoção de políticas de ação afirmativa.

Ao tratar da política externa dos EUA, *Cristina Soreanu Pecequilo*, uma presença destacada na nova geração de acadêmicos brasileiros, argumenta que a Doutrina Bush tirou os Estados Unidos do caminho correto que haviam tomado depois da queda do Muro de Berlim para promover a paz mundial e a estabilidade e seus próprios interesses como a superpotência remanescente. O país perdeu credibilidade e fez o jogo de seus inimigos, contribuindo para tornar o mundo mais inseguro. Se essas ações reforçaram a hegemonia dos EUA, elas o fizeram de uma forma pouco saudável e colocaram "em questão não só o prolongamento do Segundo Século Americano, como a vitalidade da democracia [americana], que precisa voltar a seu passado, a suas melhores tradições, para reaprender e renovar-se", escreve Pecequilo.

Como exemplo adicional da produção intelectual brasileira sobre os Estados Unidos, o livro conclui com uma análise comparativa sobre o papel dos ideólogos na formulação da política externa nas administrações dos presidentes Ronald Reagan e George W. Bush. O autor, Carlos da Fonseca, pesquisou e escreveu o trabalho como candidato ao título de mestre na Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard, antes de retornar a Brasília e reassumir sua carreira no ministério das Relações Exteriores.

Daniel Budny, assistente do programa do Instituto Brasil, contribuiu enormemente para a organização da conferência e a edição deste relatório. Murilo Gabrielli, Adido Cultural da Embaixada do Brasil em Washington, teve importante participação na produção e coordenação da tradução dos textos para o inglês, feita por Robert Feron, da Embaixada.

Em sua missão de promover o debate informado de temas relevantes para o Brasil e as relações Brasil-EUA, o Instituto Brasil do Woodrow Wilson Center continuará a apoiar e a atuar como facilitador no esforço de fomento dos estudos dos EUA entre acadêmicos brasileiros, sob o entendimento de que o impulso intelectual e financeiro subjacente ao projeto virá das instituições acadêmicas do Brasil, bem como de fundações e outras partes interessadas.

PROJETO AMERICANISTAS: APRESENTAÇÃO E REFLEXÕES INICIAIS

Roberto Abdenur*

Os Estados Unidos, com sua vastidão geográfica, sua complexidade social e a singularidade de sua experiência política, sempre atraíram a curiosidade de estudiosos de todo o mundo. Entre os primeiros a dissecar a nação recém-emancipada esteve Alexis de Tocqueville, cuja medular obra *Democracy in America* é ainda hoje referência em centros acadêmicos mundo afora. Entre latino-americanos tivemos Domingo Sarmiento, José Martí, e José Enrique Rodó, do *Ariel*. Esse interesse também atingiu o Brasil, expressando-se na obra de Hipólito José da Costa, escrita antes da independência, em artigos e livros de Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Vianna Moog, e mesmo na curiosidade de Dom Pedro II, que realizou longa viagem aos Estados Unidos, em 1876 (uma das primeiras de um Chefe de Estado estrangeiro a este país), por ocasião do centenário da independência americana, e durante anos manteve alentada correspondência com acadêmicos ligados à universidade de Harvard, tais como Agassiz e Longfellow[1].

A esse interesse brasileiro correspondeu, desde cedo, uma curiosidade americana pelo grande e inexplorado vizinho do sul. Levas sucessivas de cientistas, historiadores, sociólogos e cientistas políticos escrutinaram o Brasil desde meados do século XIX, atraídos por suas belezas (e riquezas) naturais, pelo potencial agrícola, pelo passado colonial, pela modernizante experiência republicana, pelo desenvolvimento industrial das primeiras décadas do século XX, pela oscilante política de alianças internacionais nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, pela experiência democrática do imediato pós-guerra e, pouco depois, sua interrupção durante os anos de chumbo.

Centenas de livros e artigos foram publicados nos EUA sobre esses e outros tantos aspectos da realidade brasileira, da lavra de nomes como Charles Wagley, Richard Morse, Thomas Skidmore, Bradford Burns, Robert Levine, Philip Schmitter e, mais recentemente, John Dulles, Margaret Keck, Marshall Eakin, Kenneth Maxwell, Joseph Smith, Barbara Weinstein, entre outros. Centros de estudos foram criados, cátedras inauguradas em universidades, bolsas consumidas em pesquisas de campo, teses defendidas perante bancas a cada dia mais especializadas. Gerações de "brazilianistas" se vêm sucedendo nos EUA, e dando ímpeto ao estudo de nosso país.

Não obstante os textos de Hipólito José da Costa, Oliveira Lima e outros, situação equivalente não chegou a se materializar no Brasil. Se curiosidade ou interesse pelo "colosso do Norte" sempre houve, mesmo porque os destinos brasileiros

* Embaixador do Brasil nos Estados Unidos 2003-2007

freqüentemente a ele estiveram associados, não redundaram no desenvolvimento de área acadêmica específica, cátedra ou centro de pesquisa. Não se produziu, no Brasil, uma tradição de "americanismo".

Entendo ser do interesse brasileiro que tal realidade mude. Os Estados Unidos são, desde há muito, e crescentemente nos dias que correm, por demais relevantes no cenário internacional para que nos possamos dar ao luxo de ignorá-los ou desconhecê-los. Mais do que isso, é importante para o Brasil conhecer e entender as várias realidades norte-americanas na medida em que essas incidem sobre o nosso relacionamento bilateral – um relacionamento que, nos dias de hoje, atinge densidade inédita - , e também sobre múltiplos temas e questões da pauta regional e da agenda internacional em geral.

De fato, nos últimos anos, a parceria brasileiro-americana multiplicou-se em iniciativas que dão alento novo a uma relação historicamente harmônica, embora não desprovida de atritos. À mutualidade do diálogo aberto e franco e à defesa tradicional de valores compartilhados de democracia e liberdade somou-se uma convergência de interesses concretos em diferentes aéras[2].

A intensificação desse relacionamento traz naturalmente em sua esteira a probabilidade de discordâncias. Apesar de serem ambos democracias multiétnicas, afinadas na defesa dos princípios de liberdade e justiça, Brasil e Estados Unidos não estão imunes às divergências. Choques são inevitáveis, mas por vezes resultam até produtivos, na medida em que levam a um maior entendimento do outro e a um amadurecimento da relação. Tais divergências podem simplesmente emanar de um desencontro de interesses. Elas podem também resultar de posturas diferentes em relação ao mundo. Afinal, se os Estados Unidos são hoje determinantes na introdução de temas na agenda internacional, o fato é que o Brasil desempenha papel importante – e às vezes até mesmo decisivo - na definição dos termos em que esses temas são tratados.

Entender a natureza dessa relação bilateral, suas convergências e divergências, sua comunhão e seus choques de interesses, depende de uma melhor compreensão no Brasil da realidade americana. Entender o papel dos Estados Unidos no mundo, sua ação construtiva - ou desestabilizadora -, depende de uma mais clara e objetiva visão da realidade americana.

É exatamente com o intuito de estimular essa compreensão, através do fomento dos estudos brasileiros sobre os Estados Unidos, que a Embaixada do Brasil em Washington lança hoje o projeto "Americanistas".

Um Interesse Interessado

É preciso que fique claro desde já que o que se propõe aqui é o desenvolvimento do "americanismo" e não do "americanofilismo" – ou, naturalmente, da "americanofobia". Não se trata de estudar os Estados Unidos movidos meramente pelo fascínio, mas sim de fazê-lo guiados por um sentido de interesse que, se inclui a admiração, também não descarta a crítica. Mais do que isso, trata-se de fazê-lo com a consciên-

cia de que se está atendendo a um imperativo de sentido estratégico para o Brasil. Estudar os Estados Unidos é indispensável, pois permite compreender mecanismos e motivações de um ator fundamental no cenário internacional de hoje. Um cujas ações atingem-nos a todos, queiramos ou não.

Essa consciência de *self-interest* prevaleceu em momentos importantes do desenvolvimento do brasilianismo, quando pesquisadores americanos estudaram nosso país motivados por legítimos interesses acadêmicos, mas ao mesmo tempo estimulados por um governo que considerava estratégica a compreensão das diferentes regiões e países da América Latina.

Não por acaso, o brasilianismo prosperou em momentos como os anos 1940, no contexto da *Good Neighbor Policy*, quando interessava aos Estados Unidos atrair a boa vontade dos países da região contra o nazi-fascismo, bem como garantir o aprovisionamento de produtos primários estratégicos em tempos de guerra, como a borracha, no caso brasileiro. Datam desse período o envio ao Brasil de missões acadêmicas voltadas para o levantamento do potencial econômico nacional (Missão Cooke, por exemplo), bem como convites a intelectuais brasileiros para visitarem universidades americanas e ali proferirem palestras sobre o país (Érico Veríssimo, que dessa experiência extrairá a obra *Gato Preto em Campo de Neve*, e Gilberto Freyre, que terá traduzida para o inglês *Casa Grande e Senzala* e editará, na forma de livro, uma série de palestras sobre o Brasil – *Brazil: An Interpretation*).

Décadas mais tarde, a guerra fria foi outro importante estímulo estratégico à impulsão dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos. Em alguns círculos latino-americanistas, chega-se, em tom de ironia, a sugerir fosse erigida estátua a Fidel Castro, cuja revolução em Cuba levou o governo americano a abrir seus cofres para o financiamento de programas acadêmicos voltados para a região.

Entre latino-americanos, o interesse pelo vizinho do norte desenvolveu-se em contexto diferente. A partir da segunda metade do século XIX, na obra de pensadores como o argentino Domingo Faustino Sarmiento (*Facundo* e *Argirópolis*), o cubano José Martí (*Nuestra America* e *Escenas Americanas*), o uruguaio José Enrique Rodó (*Ariel*) e o brasileiro Manoel de Oliveira Lima (*Nos Estados Unidos*), a curiosidade pelos Estados Unidos surgiu do debate entre "americanófilos" e "americanófobos", entre os que viam naquele país modelo de "civilização" a ser reproduzido no resto do continente, como forma de combater a "barbárie" local, e os que defendiam soluções próprias, mestiças e latinizadas.

O debate fazia sentido então, no momento em que os países latino-americanos, emancipados do controle da metrópole européia e, no caso brasileiro, refundado no republicanismo, buscavam modelo novo de ordenamento político e social. Em tal contexto, diferentes correntes modernizadoras, representadas em alguns dos escritos aqui referidos, defendiam a impossibilidade de fundarem-se comunidades nacionais independentes em bases que remetessem ao passado das ex-colônias. Seria preciso, para atingirem-se os níveis de desenvolvimento, estabilidade e prosperidade das nações mais avançadas, adotar seus próprios modelos e esquemas de organização

sócio-político-econômica[3]. Inspiradas no *arielismo* de Rodó e no modelo autóctone de Martí, outros grupos, ao contrário, ocupavam-se em revalorizar a história e a cultura ibéricas, criticando a opção de certas elites por uma "América deslatinizada por vontade própria (...) regenerada à imagem e semelhança do arquétipo do Norte"[4].

Tal debate é naturalmente ocioso nos dias de hoje. O "modelo brasileiro" já há muito definiu-se e amadureceu, em que pese aos óbices que diariamente se apresentam à sua realização. Não é, portanto, nesse contexto que se sugere uma retomada do esforço de compreensão dos Estados Unidos iniciado por Hipólito da Costa e Oliveira Lima. Trata-se, como já disse, de compreender os Estados Unidos pela importância cada dia maior que assumem no cenário internacional. Trata-se de entendê-los em razão de nossa rica e densa agenda bilateral, dos interesses que compartilhamos e daqueles que temos, nós brasileiros, investidos em sua economia e seu comércio. Trata-se, finalmente, de estudá-los pelo que podem contribuir para a compreensão de nosso próprio país, cuja trajetória histórica foi, e em muitos sentidos ainda é, parecida.

Algumas Observações sobre os Estudos dos Estados Unidos no Brasil

À falta de dados mais consistentes sobre o *americanismo* no Brasil, os quais, a meu conhecimento, nunca foram devidamente compilados e analisados (à diferença do fenômeno do *brasilianismo*, objeto de livros e teses), ofereço, a título de introdução ao debate que se propõe avivar com esta iniciativa, comentários sucintos e sugestões iniciais sobre o tema.

Uma história do *americanismo* no Brasil, se comparada à do *brasilianismo* nos Estados Unidos, destacar-se-ia pela concisão. Poucos foram, nas últimas décadas, os esforços de autores brasileiros de explicar os Estados Unidos. Uma pesquisa sumária em arquivos bibliográficos brasileiros e americanos (Biblioteca Nacional e Library of Congress) revelam escassos títulos publicados nas primeiras décadas do século XX. Além de *Nos Estados Unidos*, de Oliveira Lima, editado na virada do século, temos relatos de Monteiro Lobato (*América*, 1929), Érico Veríssimo (*Gato Preto em Campo de Neve*, 1941 e *A Volta do Gato Preto*, 1946), Hildebrando Accioly (*O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*, 1945), Tristão de Athayde – Alceu Amoroso Lima (*Pela América do Norte*, 1955), Clodomir Vianna Moog (*Bandeirantes e Pioneiros: Paralelos entre duas Culturas*, 1955), Nelson Werneck Sodré (*Quem Matou Kennedy*, 1964) e Gerson Moura (*Tio Sam Chega ao Brasil*, 1984), entre outros.

Em anos mais recentes, aumentou o volume de livros centrados em temas norte-americanos. Levantamento feito junto à Biblioteca Nacional revela, por exemplo, a existência de pouco mais de 60 títulos de autoria brasileira publicados entre 1994 e 2006 (Anexo 2). Esse incremento foi naturalmente animado por um equivalente aumento no número de teses de doutorado dedicadas aos Estados Unidos (algumas dessas teses tendo sido transformadas posteriormente em livros). Cerca de 50 teses, em diferentes áreas de ensino, foram, segundo a CAPES, produzidas entre 1996 e 2004 (Anexo 3).

Esse incremento da produção acadêmica e literária *americanista* está, sem dúvida, relacionado ao despertar da academia brasileira para a importância do estudo das relações internacionais, fenômeno que se registra especialmente a partir de meados da década de 1970. De fato, segundo os levantamentos disponíveis[5], até aquele período, o estudo de temas internacionais recebeu muito pouca atenção, especialmente quando comparado a outras áreas. A parca produção acadêmica da área, ademais, centrava-se, por razões compreensíveis para a época, em temas relacionados à América do Sul, com ênfase especial para a Bacia do Prata.

A mudança de tratamento do tema, com a diversificação das áreas de estudo e, sobretudo, sua sistematização, deu-se somente no final da primeira metade da década de 1970. As primeiras disciplinas (optativas) intituladas "Relações Internacionais", por exemplo, passaram a ser oferecidas em 1973 na USP e na PUC/SP. Em 1974, a UnB dava passo além, oferecendo curso de graduação em R.I.

De lá para cá a situação mudou sobremaneira. Multiplicaram-se os cursos de relações internacionais, política externa e comércio exterior, em nível de graduação e pós-graduação, impulsionados por fatos como a globalização, a nova projeção externa do Brasil e o Mercosul. O Itamaraty, de sua parte, tem procurado estimular e apoiar a ampliação do estudo e da pesquisa na área de relações internacionais, mediante ativo diálogo com a comunidade acadêmica.

Aumentou também grandemente o número de bolsas pós-graduação concedidas a estudantes brasileiros que optaram por concluir cursos de especialização, mestrado ou doutorado no exterior, muitos deles em áreas afetas ao relacionamento externo do Brasil (ciência política/ relações internacionais, história, economia, etc.). Dados da CAPES (anexo 4) comprovam que a maioria absoluta desses estudantes preferem os centros acadêmicos norte-americanos.

Não obstante essa evolução, constata-se que a atenção dada aos Estados Unidos continua relativamente pequena entre acadêmicos brasileiros. Poucas são ainda as disciplinas dedicadas a temas norte-americanos. Menos ainda os programas de ensino ou centros de pesquisa especializados. As razões para tal escassez poderão ser muitas. As respostas a tal situação também. A título de contribuição para o debate, alinho a seguir algumas perguntas e respostas iniciais.

Possíveis Obstáculos ao Desenvolvimento de Estudos sobre os Estados Unidos no Brasil:

- Falta de centros especializados, de cursos e disciplinas;
- Dificuldade em publicar teses sobre o assunto;
- Dificuldade em realizar pesquisa de campo por falta de bolsas;
- Dificuldade em realizar pesquisa de campo por problemas de concessão de visto (especialmente após o 11 de setembro);
- Desinteresse ou viés contrário de setores da academia;
- Desinteresse ou viés contrário da população (leitores);

- Inexistência ou inoperância de associações de estudos americanos (a exemplo, nos EUA, da Latin American Studies Association ou da Brazilian Studies Association);
- Inexistência de conferências específicas que reúnam especialistas no tema;
- Dificuldade para intercâmbio de estudantes, bolsas-sanduíche, etc.;

Sugestões Iniciais para Remediar o Problema:

- Criação de centros de estudos/ pesquisa (*think tanks*), etc;
- Criação de programas de estudos e disciplinas em instituições de ensino superior;
- Estabelecimento de uma associação de pesquisadores *americanistas*, vinculada a entidades como a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) ou a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Ampocs);
- Realização periódica de conferências no Brasil sobre temas afetos aos Estados Unidos;
- Criação de prêmio para teses/ artigos/ papers sobre temas afetos aos Estados Unidos;
- Gestão junto a entidades norte-americanas com vistas à concessão de bolsas de estudos ou pesquisa para brasileiros interessados em temas afetos aos Estados Unidos;
- Participação de fundações norte-americanas em projetos que visem a fomentar o estudo sobre os Estados Unidos no Brasil (Tinker Foundation, Ford Foundation, Fullbright Foundation, etc.);
- Desenvolvimento de projetos de estudos comparados, com envolvimento de entidades de pesquisa brasileiras e americanas.

Notas

1. Dom Pedro II visitou a exposição universal de Filadélfia, cidades como Nova York e Boston, atrações turísticas como Niagara Falls, além de Harvard, onde se encontrou com o naturalista Louis Agassiz e o poeta Henry Wadsworth Longfellow, então professor de línguas na universidade. A respeito, ver Roderick J. Barman, *Citizen Emperor Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891*, Stanford University Press, 1999; e Lilia Moritz Schwarz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

2. Dos encontros entre os Presidentes Lula e Bush, em junho de 2003 (Washington) e novembro de 2005 (Brasília), resultou o estabelecimento de mecanismos de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, educação, saúde, meio ambiente e promoção do comércio e de investimentos, que se somaram aos já existentes nos campos de agricultura, energia e crescimento econômico.

3. A respeito, ver Oliveira, Lúcia Lippi: "Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina", in *Sociologias*, 2005, no. 14, pp. 110-129.

4. Rodó, J.E. Ariel. Campinas, UNICAMP 1991, p. 70.

5. A respeito, ver Cheibub, Z. B. 1981 "Bibliografia brasileira de relações internacionais e política externa", Rio de Janeiro, IUPERJ, Mimeo; Cheibub, Z. B. e Lima, M. R. S. de. 1983 "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Debate Intelectual e Produção Acadêmica", Rio de Janeiro, IUPERJ, Mimeo; Lima, M.R.S. de e Moura, G. 1981 "Brasil-Argentina: uma Bibliografia Comentada" *Revista Brasileira de Política* Internaciona, Rio de Janeiro, XXIV, p. 163-184; Miyamoto, S. 1999 "O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte", *Revista de Sociologia e Política*, Nº 012, Junho 1999, pp. 83-98.

CONHECER BEM OS EUA É BOM PARA O BRASIL

Carlos Eduardo Lins da Silva*

Goste-se ou não, o fato é que todas as nações do mundo no começo do século 21, especialmente as do hemisfério ocidental, têm sua economia, processo de decisão geopolítica e mesmo seu comportamento sócio-cultural marcadamente influenciado pelo que ocorre nos Estados Unidos.O fim da Guerra Fria e o início da Guerra contra o Terror desencadearam uma situação inusitada no cenário internacional: uma só grande potência global, indiscutivelmente superior a todos os outros países em todas as esferas: militar, financeira, produtiva, tecnológica, criativa.

É evidente, como se tem comprovado no complicado processo da intervenção no Iraque, que este poder está longe de ser ilimitado e livre de fortes contestações. Washington não é capaz de impor sua vontade, mesmo que o queira. Mas nenhum país pode deixar de levá-la em consideração no seu próprio processo de formulação de políticas públicas domésticas e externas.

Conhecer a sociedade americana, sua lógica coletiva, motivações comuns, mecanismos decisórios, estrutura administrativa, valores compartilhados, contradições internas, mecanismos econômicos, características culturais é – ou deveria ser – prioritário para qualquer nação empenhada em programar-se internamente para o futuro, concorde ou não com as políticas postas em prática pelos responsáveis momentâneos pelo governo dos EUA. Sem esse conhecimento aprofundado, é enorme a chance de um país errar nos prognósticos sobre como podem comportar-se os EUA em uma situação determinada em que seu próprio interesse estratégico esteja envolvido. E, com isso, aumentam as possibilidades de tal país tomar decisões que, ao fim, lhe serão prejudiciais. Nesse raciocínio, evidentemente, deve ser incluído o Brasil, que divide o mesmo hemisfério em que se localizam os EUA. A geografia, a história, a cultura aproximam as duas nações desde sempre e desse destino nenhuma das duas pode escapar.

Não é preciso enfatizar como os EUA são importantes para o Brasil, econômica, política, científica e culturalmente. Em todos esses aspectos, os americanos têm sido – sem nenhuma dúvida – o principal parceiro do Brasil desde que em 1824 os EUA entraram para a nossa história como o primeiro país a reconhecer a independência brasileira. No entanto, é impressionante como o Brasil conhece pouco e mal os EUA, ainda que isso pareça um paradoxo quando se constata como é enorme a presença americana no cotidiano dos brasileiros, mesmo os mais simples. Até nos círculos mais requintados de acadêmicos, empresários, jornalistas, impressiona como se ignoram os

* Diretor da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas.

meandros da vida americana e como sobressaem lugares-comuns e falsas concepções quando se fala sobre ela.

Um exemplo banal dessa ignorância foi a surpresa da elite brasileira diante da eleição e reeleição de George W. Bush. Para quase todos os brasileiros que se interessam pelo tema eleitoral americano, eram absolutamente claras a superioridade – sob todos os pontos de vista – de Al Gore e (ainda que de maneira menos enfática) John Kerry e a vantagem de sua vitória sobre Bush para os interesses da própria sociedade americana. Era-lhes simplesmente inconcebível que o resultado não fosse a derrota de Bush. No entanto, mesmo um brasileiro intelectualmente humilde mas politicamente perceptivo, que estivesse vivendo por alguns anos nos EUA e acompanhasse ainda que não em detalhes as eleições, seria capaz de reconhecer a alta probabilidade de Bush ganhar os dois pleitos e até explicar as razões por que isso poderia se dar.

Por que? Porque a *intelligentzia* brasileira não tem sido capaz de produzir conhecimento adequado para dar conta das complexidades da vida americana. As causas podem ser diversas: falta de condições materiais, desinteresse, preconceito, ausência de canais apropriados, acomodamento às idéias consagradas, receio de desafiar o status-quo, foco em outros temas e regiões do mundo. É verdade que muitos intelectuais brasileiros de porte produziram estudos ou realizaram análises sofisticadas sobre os EUA. Neste mesmo volume, o embaixador Roberto Abdenur menciona diversos deles.

Exemplos similares de esforços mais contemporâneos feitos por estudiosos brasileiros para compreender os EUA podem ser oferecidos. Na Universidade de São Paulo, o Grupo de Análise de Conjuntura Internacional – Gacint – reúne-se quinzenalmente e tem dois de seus integrantes encarregados de examinar e relatar aos demais as implicações dos acontecimentos políticos e econômicos que se desenrolam nos EUA. No Rio, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI – constituiu em 2002 e em 2006 forças-tarefas para realizar estudos de fôlego sobre o estado das relações bilaterais Brasil-EUA, com resultados de grande envergadura.

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais – IEEI –, também de São Paulo, é outra entidade que tem direcionado parte de seus recursos intelectuais para o exame mais acurado de aspectos específicos da realidade americana e prepara-se para, a partir deste ano, dedicar-se ainda mais a isso. Na Câmara Americana de Comércio em São Paulo, o comitê de negociações internacionais deve começar a divulgar em 2007 um termômetro das relações Brasil-EUA a partir de uma base de dados produzida ao longo de 12 meses com bom suporte acadêmico.Entretanto, apesar desses projetos meritórios e de peso, é indiscutível que não há no Brasil empreendimentos suficientes para produzir sistematicamente conhecimento de qualidade sobre o que são, como funcionam e para onde caminham os EUA, em volume compatível com a importância do país.

Lá, ao contrário, embora o Brasil tenha influência comparativa muito menor para os EUA do que vice-versa, os estudos brasilianistas são muito mais profícuos e alentados,

como se denota da própria existência da vigorosa Brasa (Brazilian Studies Association) e dos inúmeros centros ou institutos dedicados apenas aos temas brasileiros em diversas entidades acadêmicas de prestígio como o Woodrow Wilson International Center for Scholars, Harvard, Stanford, Columbia, Georgetown, Pittsburgh, Johns Hopkins, Texas, para citar apenas algumas. Evidentemente, essa disparidade se explica pelos mais óbvios motivos: a riqueza material da atividade universitária nos EUA e a penúria de sua correspondente no Brasil, a robustez acumulada por séculos de centros de estudos (*think tanks*) lá e a fragilidade dessa tradição ainda quase incipiente aqui, a diversidade e relativa abundância de fontes de doações financeiras para o desenvolvimento de pesquisas de que dispõem os intelectuais americanos e a escassez de recursos com que se defrontam os brasileiros.

Esses problemas são de difícil resolução, já que dependem basicamente de o Brasil conseguir alcançar índices de crescimento de sua economia capazes de fazê-la atingir escala minimamente volumosa para dar conta de atividades "supérfluas" (se comparadas às necessidades básicas de infra-estrutura, saúde, educação que o país ainda não supriu), como o trabalho acadêmico para conhecer bem outras sociedades. Mas a realidade, ainda que em ritmo muito mais lento do que o indispensável, vai se alterando e aponta para uma direção em que o estudo detalhado da realidade americana (e de outras nações) se tornará impositivo.

Aumentam rapidamente, por exemplo, os investimentos brasileiros no exterior e os EUA têm sido – não surpreendentemente, dado o dinamismo do seu mercado consumidor – um dos destinos mais relevantes para esses investimentos.

O pragmatismo intrínseco à lógica capitalista com certeza tornará os empresários brasileiros mais suscetíveis ao apelo dos pesquisadores por verbas para a realização de trabalhos que permitam saber melhor como opera a sociedade americana quando os seus interesses estiverem empenhados em volume considerável lá.

Nem só obstáculos materiais se interpõem, no entanto, à realização desses estudos "americanistas" tão e cada vez mais necessários ao Brasil. Há uma carga de preconceito acumulado contra os EUA e contra o financiamento de pesquisa por empresas em setores muito abrangentes da intelectualidade brasileira, que trava o desenvolvimento desse tipo de estudo. Talvez seja mais difícil superar essas barreiras do que as de ordem financeira. No entanto, também neste caso há perspectivas de mudanças no horizonte. Nos últimos 15 a 20 anos, proliferaram os cursos de relações internacionais pelo país afora. A maioria absoluta, seguramente, de qualidade acadêmica muito baixa e motivação empreendedora pouco cívica. Ainda assim, é provável que desse universo caudaloso de escolas, professores e estudantes saia um contingente pequeno mas expressivo de indivíduos desprovidos de intolerância em relação aos EUA e capacitados para iniciar estudos relevantes.

De modo similar, até nas universidades públicas e privadas de excelência, onde o ranço antiamericano e antiempresarial costuma ser mais intenso, mesmo nos tempos atuais em que se discute a morte da ideologia, é possível sentir que a resistência pro-

gramática tanto ao estudo dos EUA quanto à possibilidade de esse estudo ser financiado por capital particular tende a ceder, ainda que devagar e minoritariamente. Nas instituições universitárias outros estorvos não materiais a serem superados são: a burocracia, o corporativismo, o paroquialismo departamental, o apadrinhamento e demais vícios do gênero que talvez tenham sido mais perniciosos à produção intelectual do país do que muitos empecilhos econômicos e políticos aos quais costumeiramente se atribuem as desgraças da atividade acadêmica brasileira. Essas barreiras, com certeza, serão as que exigirão mais persistência, determinação e empenho, entre todas, para serem vencidas.

Para ampliar significativamente a produção brasileira de estudos de qualidade sobre a sociedade, a economia, a política e a cultura americanas, diversas iniciativas concomitantes, independentes e intercomplementares devem ser tomadas. Uma delas, já real, é a que deu origem a este livro, a partir de uma reunião de acadêmicos brasileiros interessados nos EUA promovida pela Embaixada do Brasil em Washington em setembro de 2006 e que poderá resultar em alguma espécie de entidade que teria um suporte nos EUA possivelmente ancorado pelo Woodrow Wilson Internacional Center for Scholars e outro, no Brasil, ancorado em alguma universidade.

Mas é importante que se dissemine pelo país a idéia de que conhecer bem os EUA é bom para o Brasil. Mais do que bom, é necessário, quase imprescindível. Entender um país não significa apoiá-lo. Mesmo para combater um país é preciso saber o que ele é, o que significa, como funciona.Está claro agora que a principal causa do fracasso da intervenção militar americana no Iraque foi a profunda ignorância que seus arquitetos tinham do país objeto de sua invasão. Por não terem estudado o Iraque, os EUA se atolaram nele e enfrentam hoje uma guerra para a qual não há desfechos favoráveis à vista.

A realidade impõe ao Brasil a tarefa de conhecer bem os EUA. Realizar tal tarefa é fundamental para a manutenção de uma relação política estável, produtiva e mutuamente vantajosa entre os dois países, para a superação rápida e equilibrada de inevitáveis divergências em questões comerciais, para a ampliação recíproca de investimentos e do acesso a mercados, mas – acima de tudo – para o Brasil poder se posicionar geopoliticamente da maneira mais propícia à promoção de seus interesses nacionais no cenário mundial. Seguramente serão as necessidades dos negócios privados que construirão os instrumentos capazes de permitir a realização dessa tarefa, desembaraçando as amarras antes citadas que têm, ao longo das décadas, impedido a sua concretização.

Foi assim que o Mercosul se constituiu de fato: embora a vontade política tenha sido essencial no primeiro momento para lançar a idéia, foi a vitalidade dos investimentos, do comércio, dos negócios entre os setores privados do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai que deram viço ao Mercosul nos seus melhores anos. E foram as conseqüências negativas de crises econômicas sucessivas sobre esses mesmos negócios que fragilizaram posteriormente o projeto de integração do Cone Sul.

Enquanto a dinâmica dos negócios não se fizer plenamente presente nas relações econômicas entre Brasil e EUA – mesmo para que ela ocorra em breve –, será necessária uma espécie de "pregação" por parte de atores múltiplos que já se convenceram da importância dessa tese nos veículos de comunicação de massa, nos governos, nas empresas, nas universidades, nas organizações não governamentais, nos sindicatos, nas entidades de classe, nos institutos de pesquisa, nos centros de estudos, nas instituições diplomáticas.

OS ESTUDOS AMERICANISTAS DIANTE DAS RELAÇÕES RACIAIS

Jacques d'Adesky*

Os EUA são uma referência para se compreender a realidade do mundo atual. Certamente, isso não significa que os Estados Unidos sejam o espelho de nosso futuro. Tampouco, não mostram hoje o que seremos necessariamente amanhã. O resto do mundo, e o Brasil, em particular, têm as suas particularidades e sua própria história. Mas, se a sociedade americana fascina tanto, é porque representou a primeira democracia moderna, combinando, sob o regime constitucional, a representação popular com a limitação dos poderes dos governantes e o respeito aos direitos individuais. Ao tornar-se uma sociedade compósita e multirracial, antecipou-se, num determinado território, o que poderiam ser o encontro enriquecedor de culturas, mas também os conflitos étnicos e tensões resultantes de "choques de civilizações" do mundo globalizado do século 21.

Estudar a história da sociedade americana e comparar a sua política, o seu desenvolvimento econômico, as suas manifestações culturais, literárias, bem como as suas relações étnico-raciais com as de outras sociedades é um meio de a discernir melhor, assim como de prever ou antecipar as suas eventuais transformações. Servir-se do espelho da análise comparativa é também uma boa maneira de conhecer a si mesmo. Mas, diante do potencial comparativo das relações raciais americanas com as brasileiras, é forçoso constatar que o reflexo do espelho apresentado até a década de sessenta não foi usado de modo muito apropriado. A realidade das relações raciais americanas era, em geral, desconsiderada, por ser vista como uma imagem oposta à brasileira.

Os estudos americanistas referentes ao tema racial nunca foram assunto predominante nas universidades brasileiras. No decorrer do século vinte, observa-se o interesse de alguns pesquisadores que tentaram, mediante estudos comparativos entre os Estados Unidos e o Brasil, compreender a realidade racial brasileira. Gilberto Freyre, quando em sua passagem pelo Sul dos Estados Unidos se indagava por que lá os negros eram vítimas de linchamento, fato que não ocorria no Brasil, na realidade tentava compreender mais o seu país do que os Estados Unidos. Não buscava no outro país o seu próprio reflexo, mas a constatação de que era diferente culturalmente, que existiam diferenças, denotando uma alteridade. Certamente, a famosa tipologia formulada por Oracy Nogueira de que o preconceito racial americano é de origem (ascendência), enquanto o brasileiro é de marca (aparência), continua ajudando a esclarecer a realidade brasileira de hoje[1]. Enquanto o sistema americano tende, segundo Oracy Nogueira, para a classificação única e direta, não admitindo gradações—ou

* Pesquisador do Centro de Estudos das Américas do IH/UCM.

você é branco, índio ou negro—no Brasil o ponto-chave é precisamente a possibilidade de mudar de classificação com base na cor da pele, no tipo de cabelos, de lábios, etc., mas também com base nos critérios do dinheiro ou do poder que permitem classificar socialmente um preto como mulato, e este último como branco![2]

Fortalecendo a tese de que o *standard* norte-americano é oposto e simétrico ao modelo brasileiro, Roberto DaMatta aponta no seu livro *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social* a inexistência (nos EUA) de um "triângulo de raças" como no Brasil. Segundo ele, esse mito permite ao homem comum, aos intelectuais, aos políticos conceber uma sociedade altamente dividida por hierarquizações como uma totalidade integrada por laços humanos, dados como sexo e os atributos "raciais" complementares. É essa fábula que possibilita visualizar a sociedade brasileira como algo singular. Enquanto o credo racista norte-americano situa as "raças" como sendo realidades individuais, isoladas e que correm de modo paralelo, jamais devendo se encontrar, no Brasil elas estão frente a frente, de modo complementar, como os pontos de um triângulo onde o branco está sempre em cima, enquanto o negro e o índio formam as duas pernas da nossa sociedade, estando sempre embaixo e sistematicamente abrangidos pelo branco. Lá, para manter o princípio de que todos são iguais perante a lei, o racismo determinou que os negros livres fossem considerados humanos, mas diferentes, o que possibilitou o uso da fórmula: "separados, mas iguais". Em contraste, no Brasil a tradição cultural de matriz ibérica, ao ensejar a proximidade e convivência, resultou num sistema profundamente antiigualitário, baseado na lógica de "um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar"[3].

Outra forma de debater a situação racial norte-americana foi levantada por numerosos historiadores brasileiros que estudaram o tráfico negreiro transatlântico, comparando a escravidão norte-americana com a brasileira, em busca de diferenciações que pudessem ajudar a compreender melhor o modo de formação política, econômica e cultural do país. Grande parte deles apontou que a escravidão no Brasil teria sido mais benigna em razão da premência da religião católica e da propensão do colonizador português em misturar-se com a população indígena e escravizada. Tais características explicariam o elevado grau de miscigenação no Brasil, que não se encontraria nos Estados Unidos, considerados puritanos e avessos ao intercurso entre pessoas de origem racial diferente[4].

Ao observarmos nesses últimos cinqüenta anos a produção acadêmica brasileira em referência à temática racial norte-americana, podemos afirmar que foi episódica, não tendo criado nas universidades brasileiras uma área específica de estudo, nem impulsionado o advento de americanistas especializados nessa temática. Tampouco, conseguiu alcançar o mesmo patamar de atividades dos brasilianistas que se empenharam em desvendar as especificidades das relações raciais no Brasil, tais como Donald Pierson, Carl Degler e Thomas Skidmore, cujos trabalhos se tornaram referências. Além do mais, é possível constatar, a partir da década de noventa, o surgimento de uma nova leva de brasilianistas, que vêm se dedicando ao tema das relações raciais brasileiras.

Em relação à anterior, a nova geração de brasilianistas têm defendido nos campos da sociologia e da antropologia abordagens inovadoras sobre as desigualdades raciais. Ela têm também apresentado trabalhos que descreve o movimento negro - um grupo social antes despercebido, desconsiderado ou minimizado nas suas ações - como um ator relevante da luta contra o racismo. É interessante observar que essa nova geração de brasilianistas manifesta preocupações abrangentes, englobando desigualdades que atingem negros e povos indígenas[5].

Poderíamos, sem dúvida, nos questionar: por que não existe uma tradição de estudos americanistas no Brasil que focalize a questão racial norte-americana? Ou por que essa abordagem foi sempre esporádica na agenda dos intelectuais e universitários brasileiros? Conforme indicado no início deste trabalho, esses estudos foram geralmente empreendidos em termos comparativos. Ao querer compreender a realidade racial norte-americana, os estudos iniciais tendiam antes de tudo a desvelar as relações raciais brasileiras. Como sublinhamos acima, esse exercício dialético tem sido realizado por historiadores, sociólogos e antropólogos e tem tido o mérito de apontar as eventuais semelhanças existentes, mas, sobretudo, a de evidenciar as diferenças. Nesse sentido, ao se buscar uma resposta, não tanto na realidade de lá, mas em contraposição com a situação daqui, a abordagem comparativa pode ter gerado uma idéia equivocada, ou seja, que a situação brasileira seria mais satisfatória. Em suma, ao debruçar-se sobre o modelo americano de relações raciais, se este não podia servir de inspiração, ao menos podia servir para demonstrar que o Brasil teria resolvido a integração racial, na medida em que os negros não eram vítimas do tipo de violências explícitas praticado nos Estados Unidos. Portanto, esse exercício, no máximo, servia de consolo, ao mostrar que, quanto a essa questão, a situação era bem melhor em casa.

Ao aceitarmos essa argumentação, poderemos considerar que os estudos americanistas sobre a questão racial foram motivados pelo interesse de marcar diferenciações e especificidades da situação racial brasileira, vista *a priori* como sendo melhor. Na medida em que se formou no meio da intelectualidade brasileira, nos anos 50, um consenso de que existiria no Brasil uma "democracia racial", perdeu-se o estímulo para compreender profundamente as relações raciais norte-americanas, consideradas cada vez mais como a antítese do modelo brasileiro. Nessa época, até mesmo os dois líderes principais do Teatro Experimental do Negro, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, usavam nos seus escritos a expressão "democracia racial", vista como saudável padrão brasileiro, ainda que denunciassem ao mesmo tempo a existência de preconceito de cor e a sobrevivência de alguns restos de discriminação no Brasil[6]. Mais tarde, nas décadas de sessenta e setenta, Abdias adotará uma postura radical de denúncia do racismo brasileiro, chegando a repudiar totalmente a expressão.

O *standard* binário e exclusivo que caracterizava até recentemente a sociedade norte-americana era o oposto da identidade brasileira, pois fragmentava o ideário da mestiçagem, ao reconhecer a pertinência das diferenças raciais. Não houve no Brasil impedimento legal ou social que obrigasse uma pessoa de origem africana a declarar-

se preto ou pardo. Nos Estados Unidos, pessoas de pele clara com ascendência africana eram consideradas negras. É um padrão rígido que surgiu durante a escravidão. Foi também um fator importante na elaboração de uma tradição estatística, fundamentalmente binária, que distinguia os descendentes de europeus dos outros habitantes. Evidentemente, os Estados Unidos, assim como outras sociedades que receberam escravos da África, tiveram casamentos inter-raciais e chegaram até mesmo a conhecer, em alguns casos, casamentos legalmente reconhecidos. Mas, ao longo do século vinte, a sociedade americana conseguiu reduzir gradualmente o espaço social que existia em certas regiões do Sul, nomeadamente as que tiveram forte influência francesa ou espanhola, impedindo que as crianças nascidas de união mista fossem reconhecidas como pertencendo a uma categoria distinta[7].

A característica do sistema estatístico norte-americano era a impossibilidade, até abril de 2000, de conceber categorizações multirraciais, ou seja, a possibilidade de se identificar como de origem mista. Se, por um lado, nos censos de 1850 até 1880, os indivíduos negros podiam ser diferenciados em dois grupos (*black e mulatto*) e, no censo de 1890, em quatro grupos (*black, mulatto, quadroon e octoroon*), todos ficavam restritos dentro dos limites da população negra e os mais claros não ocupavam de modo algum uma posição intermediária entre as duas raças (*white e black*). A partir do censo de 1930, e até 1960, passou a constar apenas como opção para os negros - a categoria *black* -, sendo que as outras (*mulatto, quadroon e octoroon*) desaparecem diante da estrita obrigatoriedade do "*one drop rule*", regra vinda dos estados escravocratas mais rígidos, segundo o qual bastava uma gota de sangue negro para definir legalmente um indivíduo como negro[8]. O *standard* binário não possibilitava, até 2000, atravessar a linha da cor, a não ser para aqueles que usavam o subterfúgio do "*passing*" (passar por brancos) ou reivindicavam pertencer a outras categorias, como latino ou havaiano. Atualmente, o censo dos EUA oferece a opção de escolher uma ou mais categorias para indicar sua identidade racial. A modificação que proporciona repostas múltiplas no quesito racial reflete, segundo José Luis Petrucelli, a preocupação pública dos norte-americanos com diversidade racial e étnica derivada do incremento dos casamentos inter-raciais e da crescente imigração em anos recentes[9].

Face ao padrão norte-americano, o modelo brasileiro se contrapõe como uma sociedade mais fluida e inclusiva, em termos de reconhecimento de categorias de cor e raça. O modelo brasileiro tem raiz na fusão e na assimilação, pois, inversamente à situação norte-americana, pessoa de ascendência africana com pele clara no Brasil pode legitimamente reconhecer-se e afirmar-se branco. Da mesma forma, árabes ou judeus que em países europeus podem sofrer discriminações por motivos religiosos ou por serem vistos como imigrantes, são equiparados aos brancos no Brasil, ainda que preservem valores culturais específicos.

Pela fluidez dessas classificações e pela reduzida taxa de tensões étnico-raciais, o Brasil tornou-se referência aos olhos do mundo, logo após da Segunda Mundial. Era visto, na época, como um país singular e bem-sucedido no campo das relações raciais.

Suscitou a atenção da Unesco, que chegou a patrocinar em 1951 e 1952 uma série de estudos visando a verificação desta realidade, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser singular. Conhecemos os desapontamentos causados pelas conclusões dos relatórios da Unesco, que não deixaram de reconhecer as profundas desigualdades sociais entre brancos e negros, bem como a existência do preconceito de cor.

O resultado frustrante do chamado Projeto Unesco não serviu de álibi para atrair as atenções de sociólogos ou antropólogos brasileiros sobre a realidade racial norte-americana. O modelo das relações raciais norte-americanas parecia de pouco interesse, ao ser comparado com o modelo brasileiro, julgado como de maior propriedade e qualidade moral. Não podia servir de inspiração a integração racial no Brasil onde dos negros não sofriam de violências como nos Estados Unidos. A interpretação dominante era de que as desigualdades raciais no Brasil eram apenas reminiscência do passado colonial e deveriam desaparecer mediante o desenvolvimento econômico-industrial do país. Essa visão otimista foi reforçada durante o período do regime militar. Falar da existência de racismo e de discriminação racial no Brasil era visto, de acordo com Carlos Hasenbalg, como um ato antipatriótico, como algo inconcebível e assunto importado. Mesmo assim, algumas vozes contrárias assinalaram que a discriminação racial tinha uma especificidade relacionada ao contexto da sociedade contemporânea e não se explicava, portanto, somente pelo passado colonial.

Esta visão de harmonia e de cordialidade no campo das relações raciais permanecerá intocada até o final dos anos 70, quando o consenso em relação ao ideário da "democracia racial" veio a ser questionado cada vez mais pelo Movimento Negro que emergiu nas grandes cidades brasileiras, denunciando o racismo e a discriminação racial de que são vítimas os membros da comunidade afro-brasileira. Na década de oitenta, com a consolidação do regime democrático no Brasil, o Movimento Negro, nessa época caracterizado pela informalidade de seus ativistas e intelectuais, transformou-se numa rede de organizações e associações que se espalharam por todo o país. Também na década de oitenta, mas sobretudo a partir dos 90, as denúncias virão acompanhadas de dados estatísticos comprovando a desigualdade que atinge desproporcionalmente os negros, em comparação com os brancos, em termos de renda, de expectativa de vida ou de acesso à universidade. Ao reivindicar o estabelecimento de políticas de promoção da igualdade de oportunidades para a população afro-descendente, o Movimento Negro tem questionado implicitamente a idéia da mestiçagem como o antídoto mágico para o racismo e a discriminação racial. Tem, ao mesmo tempo, mostrado que a existência da mestiçagem não isenta, por si só, a sociedade brasileira do racismo, do preconceito e da discriminação racial.

É interessante relembrar, a esse respeito, que o sociólogo Nelson Mello e Souza já previa, em 1969, a eclosão de luta racial no Brasil do ano 2000, ao comparar a situação dos negros na sociedade norte-americana com a dos negros no Brasil. Afirmava ele que os anos 80 e, principalmente, os anos 90, encontrariam os negros em posição de reivindicar trânsito livre por áreas até então fechadas. Ainda que a luta racial no Brasil

não deva ter o colorido selvagem do racismo norte-americano, (Mello e Souza antecipou que) estará ligada à própria possibilidade de ascensão social do negro, contida na evolução da riqueza, da industrialização e da urbanização no Brasil 2000[10].

Podemos convir que Nelson Mello e Souza acertou parcialmente no seu exercício de futurologia. Expandiu-se uma pequena classe média negra que alimentou o Movimento Negro de líderes e ativistas. Estes não cessaram de reivindicar plena cidadania para os afro-brasileiros, bem como igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e no acesso à universidade. Suas reivindicações incluíam o reconhecimento de uma imagem adequada do negro na mídia, assim como melhor representação política do negro no Congresso Nacional, entre outras. No que diz respeito à luta racial, esta não eclodiu, ainda que certos intelectuais ligados ao Movimento Negro vejam os distúrbios e atos de vandalismo realizados pelo tráfico de drogas nas grandes cidades do Brasil como o prelúdio de um possível conflito racial aberto, ao levar em conta que os chefões do crime organizado são na sua grande maioria negros originários das favelas e periferias urbanas onde se concentra a população afro-descendente.

Nas décadas de oitenta e noventa, uma atenção maior passou a ser dada, no âmbito do Movimento Negro, à situação dos negros norte-americanos. A imagem de que eles estariam num patamar sócio-econômico bem melhor, de longe, ao dos afro-brasileiros, começou a tomar forma. A despeito da existência de um racismo mais aberto, a percepção que se tem é a de que a sociedade norte-americana estaria oferecendo maiores oportunidades de ascensão social, ao observar-se a existência de uma burguesia e de uma expressiva classe média afro-americana. Essas constatações levaram lideranças do Movimento Negro a exigir a implementação de políticas públicas em prol da população negra nos níveis federal, estadual e municipal. Isso começou a ocorrer nos anos 80 com a criação da Fundação Cultural Palmares pelo presidente José Sarney, assim como de conselhos de defesa e/ou promoção da comunidade afro-brasileira em vários municípios e Estados da federação.

Foram possivelmente essas exigências que conduziram o presidente Fernando Henrique Cardoso a tomar, em 2001, as primeiras medidas de ação afirmativa no Brasil, iniciativa que não tem precedentes em qualquer governo brasileiro no Século XX. Tendo estudado na década de cinqüenta as relações raciais no Brasil, foi provavelmente mais fácil para Cardoso reconhecer, logo no início de seu governo, em 1995, a existência do racismo no país. A sua perspicácia e a sua visão do futuro o levaram a admitir que o Brasil não poderia ser um país justo sem resolver a sua dívida em relação à população afro-brasileira. Em julho de 1996, na abertura do *Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos*, ele desafiou os intelectuais presentes a apresentar soluções adequadas ao país, visando assegurar maior integração dos negros.

No mesmo seminário internacional, o vice-presidente Marco Maciel sugeriu que "o exame da experiência americana, a partir de alguns de seus marcos mais significativos, sirva de inspiração, a fim de que possamos transitar do campo sempre fértil das

promessas para o terreno mais promissor das realizações, das conquistas, pois já não há mais como postergar. Todos temos de convir que a exclusão social, embora dramática sob o ponto de vista da desigualdade de oportunidades que se cristaliza como o marco diferencial de nossa civilização, gerou conseqüências que contribuem para agravar a discriminação racial. É uma espiral perversa que não será vencida se nos ativermos às conseqüências sem remover as causas"[11].

Marco Maciel estava convicto de que medidas compensatórias em favor dos negros não representavam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era da desigualdade e da exclusão, se pretendermos uma sociedade igualitária e mais justa. Também afirmava que, comparativamente à experiência americana, o Brasil tem a vantagem de não precisar superar os mecanismos da segregação e da separação, cuja eliminação tanto esforço custou à sociedade americana.

Apesar das expectativas criadas por Fernando Henrique Cardoso e seu vice, Marco Maciel, o seminário internacional não resultou em nenhum plano de ações políticas concretas, nem proporcionou uma reflexão profunda sobre a adequação ou não de políticas de ação afirmativa no Brasil. Não se chegou a um consenso sobre uma possível política de discriminação positiva que garantisse ao negro um tratamento mais eqüitativo no presente, e que, ao mesmo tempo, servisse como compensação à discriminação sofrida no passado por seus ancestrais. Certamente, o seminário internacional serviu para proporcionar a tomada de consciência definitiva, no nível do poder executivo, sobre a necessidade de instaurar medidas públicas em prol da população afro-brasileira. Isso veio a ser implementado, como sublinhamos acima, em 2001, quase de maneira concomitante com a realização da Conferência Mundial da ONU sobre o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (África do Sul).

Ainda que não haja uma relação evidente de causa e efeito com o seminário internacional, observa-se, entretanto, a multiplicação, a partir de 1997, de estudos, trabalhos e publicações sobre a temática da ação afirmativa, tendo como base comparativa de análise a experiência norte-americana. Entre os trabalhos publicados, podemos mencionar o livro *Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade*, de Joaquim Barbosa Gomes, que se tornou uma fonte de referência na área jurídica brasileira, por descrever e analisar de maneira abrangente todo o processo de jurisdicionalização da luta pela igualdade na sociedade norte-americana[12].

Pelo caráter comparativo sobre o tema da ação afirmativa e as formas como a lei foi utilizada nos Estados Unidos e no Brasil, o livro *Na Lei e na Raça*, de Carlos Alberto Medeiros, mostra como nas últimas quatro décadas a realidade racial norte-americana alterou-se significativamente e tornou-se mais nuançada[13]. Vale também assinalar, a publicação do relatório *Para além do racismo*, que resultou de um empreendimento coletivo realizado no ano 2000, visando comparar as relações raciais no Brasil, África do Sul e Estados Unidos. É um trabalho que contou com a coordenação de Lynn Huntley, da Southern Education Foundation, e a colaboração de pesquisadores e estu-

diosos brasileiros como Paulo Sérgio Pinheiro, Edna Roland e Ana Maria Brasileiro, entre outros. Num capítulo de seu livro mais recente, José Augusto Lindgren Alves aborda também a situação racial norte-americana, destacando que o tempo da segregação legal já está distante, sendo que a sociedade atual tem proporcionado aos afro-americanos maiores oportunidades de acesso às universidades, à participação na economia e nos processos decisórios. Comenta Lindgren Alves que essa nova situação levou alguns estudiosos americanos a proporem a idéia de que o padrão racial norte-americano estaria se "brasilianizando", situação que pode ser compreendida como uma demonstração de que a segregação racial ostensiva foi substituída pela clivagem de classe social[14].

Estes textos, que podem ser classificados como estudos americanistas dedicados às relações raciais, revelam toda a importância de um campo potencial de pesquisa que poderia dedicar-se à compreensão da realidade norte-americana do fim do século 20, bem como dos desafios existentes no século 21. Mostram, também, que o padrão racial norte-americano mudou drasticamente. Entre 1945 e 1980, o racismo aberto e a discriminação legal diminuíram de maneira espetacular. O sistema econômico americano entrou plenamente na fase da modernidade, na qual o critério de raça perde a sua importância, possibilitando que os negros qualificados e instruídos venham a ter oportunidades sem precedentes, com a expansão do emprego na função pública e nas grandes empresas. Ainda que esses dados numéricos não estejam em paridade com os da classe média branca, constata-se que o terço mais rico entre os negros tornou-se muito mais próspero, o que nunca tinha acontecido na história americana. Mas, simultaneamente, o terço mais pobre entre os negros empobreceu, tornando-se mais pobres do que os pobres brancos. Some-se a isso o fato de que uma proporção crescente de pessoas negras de sexo masculino está desempregada, presa ou totalmente fora da população ativa.

Devido a esta mudança, o *standard* racial americano não pode mais ser considerado a antítese brasileira e, desta forma, continuar a ser ignorado pelos intelectuais brasileiros, como aconteceu anteriormente nos estudos comparativos entre os dois paises. Ademais, esses estudos americanistas fazem falta precisamente no momento em que se debate a implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil[15]. Observe-se que essa nova realidade norte-americana tem sido ocultada pelos opositores da ação afirmativa, os quais distorcem os debates ao usarem uma imagem ultrapassada das relações raciais norte-americanas, recorrendo muitas vezes à suposta possibilidade de que tal política em prol dos negros viesse a acirrar o ódio racial no Brasil. Ao mesmo tempo, é difícil para eles admitir que ao lado da abolição das famosas "leis Jim Crow", por decisões da Suprema Corte, a adoção da ação afirmativa nos Estados Unidos contribuiu decisivamente para o surgimento e consolidação de uma classe média negra forte e de uma burguesia que influem significativamente na condução do país.

Por outro lado, esses estudos desvelam implicitamente que o modelo racial brasileiro não conseguiu elevar a população afro-descendente ao mesmo patamar relativo que

os negros americanos, em termos econômicos e na vida política do país. A despeito da industrialização, vista como um fator integrador na sociedade brasileira, os estudos comparativos evidenciam também que as chamadas políticas universalistas não proporcionaram a realização no Brasil de uma verdadeira igualdade para todos. Ao espelhar a situação racial brasileira no contexto racial atual norte-americano, torna-se evidente que não é mais possível afirmar que o padrão brasileiro de "cordialidade racial", de fluidez, visto como virtude maior da brasilidade, seja suficiente para assegurar aos negros uma participação igualitária na economia e no processo decisório da vida política.

Quanto à "brasilianização" das relações raciais norte-americanas, é pouco provável que venha a concretizar-se integralmente. Mesmo que a discriminação racial se torne nos Estados Unidos mais sutil e velada, é forçoso constatar que o *standard* americano, ao tornar-se menos rígido, não implica necessariamente numa convergência linear com o padrão brasileiro. As diferenças de contexto sócio-econômico, de cultura e de história são imensas. Cada país é, a seu modo, profundamente diferente em relação à questão racial. Ainda que o peso relativo da população afro-americana seja bem menor diante em comparação à população afro-brasileira, a primeira goza de maior influência econômica, política e na mídia. No Brasil, formada principalmente por empresários de pequeno porte, sem influência decisiva no meio empresarial, a burguesia negra é quase inexistente,[16]. No âmbito da política, constata-se uma situação parecida no Congresso Nacional, onde o número de deputados e senadores negros é mínimo. No quarto poder, comparado às extensas atividades da mídia afro-americana, constata-se a inexistência no Brasil de negros possuidores de mídia expressiva (jornal, revista, rádio, TV). A exceção é a recém criada TV da Gente, do cantor-empresário Netinho, que não alcança todo o território nacional.

Ao compartilhar um modelo democrático, baseado no respeito ao valor da dignidade humana, o Brasil e os Estados Unidos podem ser levados a inspirar-se mutuamente nas formas de combate à discriminação racial e de promoção do ideal da igualdade para todos. Sob o prisma da consolidação da democracia no Brasil, concordamos com a afirmação de Marco Maciel, segundo a qual "erradicar as formas ostensivas e disfarçadas do racismo, que permeiam a sociedade brasileira há séculos, sob a complacência geral e a indiferença de quase todos, é responsabilidade de todos"[17].

Talvez, o debate atual acerca das políticas de ação afirmativa – que promovem o acesso eqüitativo à universidade para a população afrodescendente e povos indígenas – seja um passo positivo ao lado das políticas universalistas para garantir a igualdade de oportunidades que é, em tese, assegurada pela Constituição brasileira. O caráter bidimensional da discriminação social e racial da qual os negros são vítimas exige conceber políticas públicas específicas e diferenciadas que levem em conta as disparidades oriundas do passado, bem como as desigualdades produzidas no presente e que alimentam e reproduzem as desigualdades.

Notas

1. Nogueira, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. T. A Queiroz, São Paulo, 1985.

2. Talvez possamos reconhecer na tipologia de Oracy Nogueira a fonte de argumentação daqueles que proclamam, diante das recém-criadas políticas brasileiras de ação afirmativa, que não é possível determinar quem é negro no Brasil! Entretanto, é necessário observar que , para o negro, o *status* de ser classificado como branco não é sempre permanente no tempo e no espaço. Em caso de conflito ou de desavença, no âmbito social e até mesmo familiar, muitas vezes o mulato aceito como branco é desqualificado com o diminutivo de "mulatinho", enquanto o negro considerado socialmente como branco volta a ser visto pejorativamente como negro mediante insultos ou ofensas que o retratam como preto "ignorante", negro "sujo", negro "safado", etc.

3. Roberto DaMatta. *Uma Introdução à Antropologia Social*. Vozes, Petrópolis, pp.58-85, 1984.

4. Diante da idéia de que a escravidão brasileira teria sido uma mansidão, vários autores brasileiros contemporâneos, entre os quais Jacob Gorender, Flávio Gomes, Luiz Felipe de Alencastro e Maria Sylvia Carvalho, têm contestado essa visão, considerada por eles muito romântica.

5. Entre estes, podemos citar: Edward Telles, Michael Hanchard e Jonathan Warren.

6. Ver, por exemplo, a coluna "Democracia Racial" que constava no jornal *Quilombo* cujo diretor-responsável era Abdias do Nascimento (Ano I, nº 1, 9/12/1948; nº 2, 9/5/1948), bem como o texto de Alberto Guerreiro Ramos "Política de relações de raça no Brasil" (13 de maio de 1955), *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

7. Ver Paul Schor, "Le métissage invisible. L'héritage de l'esclavage dans les catégories du recencesement américain", *in* Patrick Weil e Stéphane Dufoix (Dir.). *L'esclavage, la colonisation, et après...* PUF, Paris, 2005.

8. Paul Schor. *Ibidem*, pp. 308-309.

9. José Luis Petrucelli "Raça, etnicidade e origem nos censos de EUA, França, Canadá e Grã-Bretanha", *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, nº 3, CEAA/UCAM/Pallas Editora, 2002, pp. 533-562.

10. Freitas, José Itamar de. *Brasil ano 2000. O futuro sem fantasia*. Biblioteca do Exército, Editora Monterrey Ltda, pp. 87, 92 e 93, Rio de Janeiro, 1969.

11. Souza, José (org.), *et alii. Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. Ministério da Justiça/PNUD, pp. 19-21, Brasília, 1997.

12. Gomes, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos Estados Unidos*. Renovar, Rio de Janeiro, 2001. Na época, o autor era professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e membro do Ministério Público Federal. Desde 2004, é ministro no Tribunal Supremo Federal.

13. Medeiros, Carlos Alberto. *Na lei e na raça. Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos*. DP&A Editora Ltda, Rio de Janeiro, 2004.

14. Ver José Augusto Lindgren Alves. *Os direitos humanos na pós-modernidade*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2005, pp. 65-88.

15. A Rede de Estudos de Ação Afirmativa (REAA), com sede atual no IUPERJ, trabalha precisamente com base no método comparativo ao escolher como referências para o Brasil as experiências de ação afirmativa nos Estados Unidos, na Índia e na África do Sul.

16. Sobre este assunto, ler o relatório de análise "Pesquisa de empresas afro-brasileiras no Estado do Rio de Janeiro", 2004/2005, Círculo Olympio Marques (COLYMAR).

17. Marco Maciel, *Ibidem*, p. 19.

Referências Bibliográficas

Alves, José Augusto Lindgren. 2005. *Os Direitos Humanos na pós-modernidade*. (São Paulo: Editora Perspectiva).

Degler, Carl. 1976. *Nem preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos* (Editorial Labor do Brasil).

Fry, Peter. 2005. *A persistência da raça. Ensaios antropológicos sobre Brasil e África do Sul.* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Gomes, Joaquim Barbosa. 2001. *Ação afirmativa e principio constitucional da igualdade. O direito como instrumento de transformação social*. A experiência dos Estados Unidos. (Rio de Janeiro: Renovar).

Gorender, Jacob. 2000. *Brasil em preto e branco* (São Paulo: Editora Senac).

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. 1999. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. (São Paulo: Editora 34).

Hanchard, Michael George. 2001. *Orfeu e o poder. Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)* (Rio de Janeiro: Editora UERJ).

Matta, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Vozes, Petrópolis, 1984;

Medeiros, Carlos Alberto. 2004. *Na lei e na raça. Legislação e relações raciais. Brasil-Estados Unidos*. (Rio de Janeiro: DP&A Editora).

Nogueira, Oracy. 1985. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais* (São Paulo: T. A Queiroz).

Petrucelli, José Luis. 2002. "Raça, etnicidade e origem nos censos de EUA, França, Canadá e Grã-Bretanha," *Estudos Afro-Asiáticos*. Year 24, No. 3 (CEAA/UCAM/Pallas Editora).

Schor, Paul. 2005. "Le métissage invisible. L'héritage de l'esclavage dans les catégories du recensement américain", in Patrick Weil, Stéphane Dufoix, ed, *L'esclavage, la colonisation, et après...* (Paris: PUF).

Souza, José (Org.). 1997. *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. (Brasília: Ministério da Justiça / PNUD).

Ramos, Alberto Guerreiro. 1995. *Introdução crítica à sociologia brasileira* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ).

Relatório. 2001. *Para além do racismo. Abraçando um futuro interdependente. Brasil, África do Sul, Estados Unidos* (Atlanta: The Southern Education Foundation, Atlanta).

Relatório de análise. 2004-2005. *Pesquisa de empresas afro-brasileiras no Estado do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Colymar).

DE BUSH A BUSH (1989–2006): A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Cristina Soreanu Pecequilo*

Em 1945, a ascensão dos EUA como a potência hegemônica do sistema internacional marcou o nascimento do Século Americano e de um novo estilo de liderança. Sustentada nos princípios do Internacionalismo Multilateral, esta liderança visava a promoção de uma ordem política, econômica e social liberal, inspirada na República Americana e nos ideais de cooperação e multilateralismo do wilsonianismo[1]. Caracterizado por uma mescla de poderes tradicionais e renovados, o comando norte-americano destes fluxos externos era ainda acompanhado pela contenção de um rival sistêmico, o comunismo soviético que funcionava como contraponto a este modelo ocidental.

Com o fim da Guerra Fria, muitos foram aqueles que anunciaram não só o prolongamento deste Século Americano, mas a sua extensão até uma nova era das relações internacionais. Na realidade, logo que o Muro de Berlim caiu em 1989, anunciou-se o nascimento de um Segundo Século de Liderança, avançando a *Pax Americana* a partir do desaparecimento do inimigo comunista. Todavia, mais do que certezas, uma era de transição prolongada iniciava-se tanto dentro quanto fora dos EUA. Quase duas décadas depois do encerramento da bipolaridade e passados cinco anos do 11 de Setembro, observa-se uma aceleração cada vez maior dos processos históricos e das oscilações internas e externas da América.

I. Bush e o Status Quo Plus (1989/1992)

Definido por analistas norte-americanos como "um homem da Guerra Fria", George H. Bush chegou à presidência dos EUA em um momento no qual o conflito já aparentava sinais claros de desgaste. Ambos, EUA e URSS, apresentavam problemas econômicos relacionados aos esforços de uma guerra prolongada, e pela reintensificação do conflito promovida por Reagan nos anos 1980. Associada à fraqueza política e econômica soviética, esta reintensificação, baseada no aumento de gastos militares[2], apoio a grupos insurgentes anti-comunistas (*freedom fighters)* e projetos de mudança de regime, trouxe pressões adicionais sobre a URSS de Gorbachev, fragilizando-a ainda mais. Ao mesmo tempo, porém, este aumento de gastos somado ao neoliberalismo da *Reaganomics* baseada no corte de impostos, também trouxe prejuízos aos EUA, levando à mudança na relação com a URSS e uma fase de reaproximação.

* Professora de Relações Internacionais UNESP.

Quando o primeiro Bush subiu ao poder em janeiro de 1989, a expectativa corrente era de que um novo condomínio de poder entre as superpotências seria estabelecido, lembrando a aliança da Segunda Guerra Mundial. Apesar de rivais, Bush e Gorbachev sinalizavam a importância de uma frente conjunta na administração do sistema internacional, dando continuidade à transformação da relação bilateral e da ação das superpotências no mundo. Contudo, esta agenda ressentia-se cada vez mais da fraqueza soviética na Europa Oriental, que gradualmente passara a distanciar-se da órbita da URSS, principalmente após a retirada das tropas do Pacto de Varsóvia da região, e a realização de eleições em diversos países, culminando com a destruição do Muro. Tanto soviéticos quanto americanos assistiram a esses acontecimentos, que, como ressaltado no início do texto, foram vistos como prova da força da hegemonia.

Contudo, a maioria destes processos possuía uma lógica própria, não sendo produto de uma ação direta norte-americana. Adicionalmente, a partir deste momento a transição e as dificuldades iniciaram-se para todos, perdedores e vencedores. Mesmo sendo a única superpotência remanescente, os EUA também sofriam problemas sociais e econômicos que resultavam de mais de quatro décadas de guerra. Embora a flexibilidade e maior complexidade do sistema norte-americano garantissem uma integridade maior ao país, não levando ao seu desmoronamento como fora o caso da URSS, o momento era de crise relativa. Igualmente, o fim de qualquer conflito em larga escala produz um processo normal de reconfiguração de poder e o repensar de estratégias internas e externas. Afinal, se a contenção guiara os rumos do país desde 1947, uma vez alcançados seus objetivos, quais seriam as novas prioridades? E, mais ainda, a crise relativa representaria o declínio da hegemonia? Ou apenas mais uma renovação?

Começando pela análise do debate relativo às raízes do poder americano, questionava-se a longevidade, possibilidade e vontade de os EUA manterem-se como a potência hegemônica. Para os declinistas, os custos financeiros e políticos da Guerra Fria, associados a uma superextensão de compromissos externos, levara ao desgaste dos recursos, corroendo as bases do poder. Desta forma, seria necessário uma retirada do sistema e um maior investimento na política doméstica, abdicando da hegemonia e aceitando a formação de um mundo multipolar. Os renovacionistas reconheciam esses desgastes, discordando de seus efeitos. Reajustes internos e externos seriam necessários, mas a hegemonia permaneceria sem contestação, bastando reformular-se.

Por sua vez, as discussões entre os defensores do Isolacionismo e do Internacionalismo referiam-se ao tipo de papel que os EUA deveriam desempenhar no mundo com o desaparecimento do rival comunista. Dentro do Isolacionismo duas correntes podiam ser percebidas: uma radical, que pregava o pleno desengajamento do sistema e uma "volta para casa", e outra, neoconservadora, defendia uma reforma no caráter do Internacionalismo Multilateral. Para os defensores deste Internacionalismo Multilateral, corrente moderada da qual Bush fazia parte, a hegemonia deveria reordenar suas prioridades, mas sem abandonar seu caráter liberal.

Apesar de parecer uma contradição em termos, os isolacionistas de perfil neoconservador eram ainda internacionalistas, à medida que não pregavam o fim da participação norte-americana no sistema, mas a reavaliação de posturas, visando não só consolidar, mas expandir a hegemonia no pós-Guerra Fria[3]. Tal postura foi inicialmente expressa em um documento original do Pentágono, o *Defense Planning Guidance* (DPG) de 1992, que estabelecia a necessidade de revisão do engajamento externo com base na nova realidade de poder que emergira com o desaparecimento da antiga URSS: a do momento unipolar[4].

De acordo com o DPG, os EUA, como única superpotência restante, deveriam aproveitar este contexto para avançar sua liderança no sistema internacional. As prioridades seriam a preservação da superioridade militar incondicional das Forças Armadas, o impedimento do surgimento de potências regionais rivais em qualquer continente (fossem elas amigas ou inimigas) e a conquista de novas áreas de influência. No vácuo do poder soviético, sugeria-se a importância de uma maior presença na Eurásia, fortalecendo posições políticas e estratégicas por meio de um acesso facilitado aos recursos naturais da região como gás natural e petróleo. Estas ações visavam atacar a única vulnerabilidade que esta corrente julgava manter-se na agenda norte-americana: a energética[5].

Dado, porém, o perfil moderado da presidência Bush[6], esta agenda foi abafada e a visão neoconservadora colocada em compasso de espera. A tarefa de reformar a grande estratégia norte-americana pós-contenção foi, na realidade, adiada para a presidência seguinte de Bill Clinton (1993/2001), com Bush apenas atuando no que se pode definir de *Status Quo Plus*. Sem reais inovações ou transformações que ajustassem a ação internacional dos EUA, o *Status Quo Plus* focou a projeção de poder em áreas e temas conhecidos como Europa Ocidental, OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e Ásia, com algumas poucas ações renovadas para a promoção do livre comércio hemisférico como a Iniciativa para as Américas e o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), entre os EUA, Canadá e México

Faltavam a Bush condições políticas e econômicas para promover mudanças, ou pelo menos apresentar um discurso no qual uma agenda de reformas pudesse ser contemplada. Este imobilismo não foi capaz de dissipar a impressão e sensação de declínio que tomaram conta da sociedade norte-americana e foi essencial para levar Clinton ao poder com sua plataforma doméstica de renovação sintetizada no *slogan* "It´s the economy, stupid".

II. Clinton e a América Indispensável: o Engajamento e a Expansão (1993/2000)

Assumindo o poder como o primeiro presidente norte-americano do pós-Guerra Fria, Bill Clinton chegou à Casa Branca com uma agenda basicamente doméstica, quebrando doze anos de domínio republicano em Washington. Contrapondo-se a

Bush, definido como *the foreign policy president*, Clinton trazia como prioridades de seu governo a transformação da economia e sociedade, buscando a renovação face à ameaça do declínio. Ainda que esta plataforma não pregasse o desengajamento pleno do sistema, havia uma expectativa de diminuição dos compromissos internacionais do país, com uma maior divisão de custos com aliados e ampliação da ação das organizações multilaterais.

O anúncio desta postura "minimalista" elevou os temores da comunidade internacional de que os EUA abdicariam de sua liderança. Como resultado, o vácuo de pensamento e de iniciativas estratégicas que vinha sendo experimentado desde a administração Bush somente se acentuaria, podendo gerar desequilíbrios na estrutura de poder mundial à medida que, na ausência da potência hegemônica, poderiam ocorrer disputas por esta posição. De forma pragmática, contudo, poucas eram as nações ou blocos que desejavam o refluxo da hegemonia, apesar do desconforto natural que qualquer situação de preponderância gera.

Como destacado no início do texto, o estilo norte-americano de liderar a ordem trazia, ao lado desta estrutura de dominação, uma real estabilidade ao sistema, com o país atuando como um "mantenedor do equilíbrio"[7]. Com isso, agregava-se confiabilidade e credibilidade aos arranjos políticos existentes, igualmente contendo a emergência de triangulações ou rivalidades, especialmente em regiões fragmentadas como a Ásia (cujas potências preferem ter os EUA como parceiros, do que estabelecer alianças entre si, como ilustram o Japão, a China e a Índia).

Frente a essas pressões, o governo Clinton buscou retomar a iniciativa política, propondo a nova grande estratégia do pós-Guerra Fria, em setembro de 1993: o Engajamento e a Expansão (E&E). Diferentemente de sua antecessora, a contenção, que combatia um inimigo claro e definido, o E&E apresentava uma visão multidimensional dos EUA e do sistema internacional, centrando-se em elementos econômicos e políticos. Apesar de ter-se tornado mais efetiva e eficiente somente a partir de 1996, com a consolidação da retomada econômica e a resolução de problemas internos, o E&E finalmente começou a dar forma ao chamado "Segundo Século Americano". Interna e externamente, reafirmava-se a renovação, assim como a condição dos EUA como a "Nação Indispensável".

A despeito de inúmeras críticas que o apontavam apenas como uma recuperação do que "sobrara" dos princípios da contenção, a expansão das democracias e do livre mercado, o E&E revelou-se uma estratégia diferenciada, mantendo e aprofundando o viés Internacionalista Multilateral da liderança. Levando em conta a realidade declinante do poder norte-americano que se iniciara na década anterior, o E&E previa a junção de táticas econômicas e políticas para o fortalecimento dos EUA. Em um cenário caracterizado pela globalização, era preciso associar a geopolítica à geoeconomia.

Analisando a dimensão geoeconômica, a começar pelo processo de modernização e reinvenção do governo de forma a torná-lo mais eficiente e menos deficitário, a agenda previa o aumento da competitividade e produtividade interna, voltando ao mesmo nível

dos aliados europeus e asiáticos. Adicionalmente, era preciso aumentar os mercados internacionais para a venda dos produtos norte-americanos, reequilibrando as contas externas e alimentando este processo de recuperação econômica. Para isto, era essencial a promoção do livre comércio por meio das negociações multilaterais da Organização Mundial de Comércio (OMC), incrementando as propostas de integração regional na Ásia com a Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC) e Américas (NAFTA e o lançamento da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas). No campo de investimentos e finanças, a influência é reforçada pelo aumento da ajuda humanitária e a intervenção em crises em países como México, Rússia e Brasil.

Internacionalmente, esta renovação das bases de poder interno seria acompanhada pela redução dos custos e compromissos associados à liderança, compartilhando tarefas com parceiros regionais. Segundo esta perspectiva, a atuação se daria por meio de um Engajamento Seletivo, preparando a transição da hegemonia em um mundo que possuía tendências multipolares derivadas do crescimento e fortalecimento da União Européia e da China. A ampliação da OTAN e as negociações para a admissão da China na OMC fazem parte destas iniciativas, visando, ainda, uma tática de "engajar para conter". Em tal contexto, as organizações internacionais governamentais (OIGs) também seriam reformadas e fortalecidas, mantendo-se como elementos essenciais da preservação e ampliação da ordem.

Igualmente visando reduzir custos, as Forças Armadas deveriam ser modernizadas para se tornar menores, mais eficientes e flexíveis, sem perder sua capacidade dissuasiva ou ofensiva. Atenção especial seria dedicada aos Estados Bandidos e Falidos (*rogue and failed states*)[8], dado seu potencial de instabilidade local, exercendo pressões políticas sobre os mesmos (Coréia do Norte, Irã e Iraque), e a perigos transnacionais como o terrorismo internacional e a proliferação das armas de destruição em massa (ADM).

Apesar dos sucessos do E&E na administração dos fluxos internacionais e da recuperação da economia norte-americana, os argumentos neoconservadores continuavam apontando a preservação do Internacionalismo Multilateral como prova de fraqueza dos EUA. E, ainda que os neoconservadores estivessem afastados da linha de frente do poder desde a administração Bush, esta corrente procurou construir e solidificar suas fontes de influência, reformatando seu posicionamento e programa de ação. Para isso, abriu espaços alternativos, mantendo contínua a mobilização de suas bases em movimentos civis de cunho religioso, mídia e a proximidade com importantes setores privados, como o energético e o complexo industrial militar.

A primeira sinalização da eficiência desta busca de crescimento gradual deu-se nas eleições de 1994. Neste ano, pela primeira vez em várias décadas em eleições de meio de mandato, o Partido Democrata perdeu o controle do Congresso e não mais o recuperou. A "revolução republicana" foi liderada por Newt Gingrich e a plataforma do "Contrato com a América" prometia uma agenda de transformação nas áreas sócio-política e econômica, que Clinton havia falhado em produzir em seu primeiro mandato.

Este primeiro avanço foi obscurecido, porém, por erros táticos republicanos, pela personalidade e a habilidade política de Clinton, pelos atentados domésticos de Oklahoma em 1995 e por uma renovada recuperação econômica e ofensiva internacional, que resultaram na reeleição de Clinton em 1996. Entretanto, da mesma forma que Gingrich apressara-se em declarar a morte política de Clinton em 1994, a partir de 1996 os democratas subestimaram os neoconservadores, como rapidamente demonstrou o processo de *impeachment* de Clinton em 1998 e a polarização do eleitorado em 2000, que levou George W. Bush à Casa Branca .

A chegada do segundo Bush ao poder é também parte de um processo de mudança social que foi melhor percebido pelos republicanos. Associados cada vez mais a um discurso excessivamente liberal e que se focava em temas definidos por parte da população como "paralelos", como os direitos civis e das minorias, os democratas passaram a se descolar de uma parte significativa do eleitorado. Esta parcela percebia no discurso desta corrente uma baixa prioridade a suas demandas por melhor qualidade de vida, emprego e assistência médica, tendendo cada vez mais ao centro e à direita.

A mudança de perfil do eleitorado, resultante de uma série de transições internas, populacionais, étnicas, valorativas e econômicas, não foi percebida pelos democratas. Por sua vez, os neoconservadores administraram seus próprios radicalismos e buscaram apresentar um programa mais condizente com os anseios da população. Estas transformações relacionam-se ao crescimento populacional de minorias, principalmente a hispânica, que busca sua inserção plena na promessa do sonho americano, e em Estados mais pobres do Sul. Os Estados industriais (focados na siderurgia em sua maioria) e os Estados agrícolas do Meio Oeste, afetados diretamente pelas políticas de modernização e abertura comercial de Clinton. Para estes, a recuperação econômica da década de 1990, sustentada na globalização e abertura comercial, que elevou as pressões por competitividade e diminuição dos protecionismo, representou uma diminuição da renda e dos níveis de emprego (isso, além do aumento de impostos). Uma outra parcela mais rica também não aprovava as ações de Clinton, buscando um retorno aos temas republicanos clássicos na economia e na política.

Diante de tais demandas, em 2000, a campanha eleitoral de Bush resumiu as prioridades em duas iniciativas: o "Conservadorismo com Compaixão" (*compassionate conservantism*) e o Internacionalismo Diferenciado. A agenda do Conservadorismo prometia a recuperação moral e valorativa da América, assim como a liberação dos esforços individuais dos cidadãos, declarando-se favorável à manutenção da posse de armas pela população e ao corte de impostos. Com habilidade, esta agenda social foi apresentada de forma centrista, não exibindo radicalismo em temas polêmicos como aborto, direitos civis das minorias e educação sexual. Igualmente, os neoconservadores rejeitaram esta classificação, apresentando-se como moderados de centro.

Por sua vez, o Internacionalismo Diferenciado retomava as linhas descritas no DPG (cujas raízes datavam da presidência de Reagan), prometendo um novo vigor para a liderança. Dentre os objetivos apresentados encontravam-se a recuperação das Forças Armadas, com maiores investimentos, e a retomada do projeto do "Guerra nas Estrelas," agora chamado de sistema de defesa antimísseis (TMD). Mais ainda, era preciso recuperar as posições estratégicas dos EUA no sistema, retomando uma política de presença na Eurásia, minimizando o peso e influência do multilateralismo. Com isso, seriam eliminados os constrangimentos que se aplicavam à ação do país, que passaria a projetar poder de forma diferenciada no mundo.

Tal projeção também significaria uma reafirmação frente a nações inimigas e mesmo aliadas (Japão, Rússia, China, os países da UE), sendo que estas deixaram de ser definidas como "parceiras", passando a ser "competidoras". No que se refere às nações falidas e bandidas, as negociações da Era Clinton seriam substituídas por pressões militares e mesmo intervenções, visando a mudança de regime em tais localidades. Trata-se, assim, de uma visão tradicional do mundo e do poder norte-americano dentro dele, retrocedendo ao período pós-1945. É uma postura que inclusive relativiza a própria ordem construída pelos EUA para o exercício de seu poder, revertendo ao Isolacionismo/Unilateralismo

Em oposição, a agenda de Albert Gore prometia a continuidade das políticas de Clinton, tanto no campo interno quanto externo. Mas o candidato democrata, devido a seu perfil pessoal e a erros táticos de campanha, permitiu o crescimento da candidatura Bush. Enquanto Gore era percebido como "Al Bore" (Al, o Chato), Bush colocava-se como simpático e populista. Além disso, Bush trazia a seu lado nomes-chave de seu partido e mobilizava seu eleitorado, enquanto Gore seguia caminho diferente e tentava afastar o ainda popular Clinton de seus palanques, demonstrando excessiva confiança na vitória: estava aberto, em meio a uma eleição conturbada, o caminho para a volta dos republicanos ao poder.

Mesmo sem ganhar entre a população, Bush chegou à Casa Branca por sua vitória no Colégio Eleitoral, depois de uma decisão da Suprema Corte Federal, revelando ao mundo os mecanismos indiretos da democracia norte-americana. Começava, assim, com o início do século XXI, a implementação do projeto neoconservador.

III. A Era Bush (2001/2006)

Ainda em andamento, a Era Bush introduziu desde o seu início uma quantidade significativa de alterações táticas na postura da liderança dos EUA, retirando-lhe o seu aspecto benigno. Observa-se uma transição nas formas de comando da ordem internacional que vem sendo exercidas por este país, indicando a possibilidade de que o Isolacionismo Unilateral prevaleça sobre o Internacionalismo Multilateral pós-1945. Em especial, esta tendência acentuou-se após o 11/09, devendo-se examinar o encaminhamento dos dois mandatos Bush.

O Primeiro Mandato: 11/09, a Doutrina Bush e a Guerra do Iraque (2001/2004)

A despeito das inúmeras dúvidas e pressões que pairavam sobre sua presidência, Bush, logo que tomou posse, iniciou a implementação de sua agenda interna e externa de forma decisiva. Abandonando a moderação da campanha e as promessas de não interferência, principalmente no campo dos direitos sociais e civis, os republicanos avançaram políticas relacionadas a iniciativas religiosas e educacionais. Além disso, Bush promoveu um amplo corte de impostos, aumentando os gastos com defesa, dando início ao TMD.

No campo internacional, o endurecimento na OMC e o anúncio da não-adesão ao Tratado de Kyoto e ao Tribunal Penal Internacional demonstraram as prioridades mais voltadas ao unilateralismo da agenda republicana. O distanciamento com parceiros como China e UE também esteve presente, havendo o tensionamento destas relações, assim como do intercâmbio com a Rússia. A atuação seguia as prioridades de fortalecimento da hegemonia já anunciadas abertamente desde a campanha presidencial.

A despeito dos protestos internacionais diante dessas atitudes, a Casa Branca demonstrava coesão na realização de seus objetivos, havendo uma grande convergência entre os principais nomes da equipe republicana: Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Condoleezza Rice à frente, respectivamente, da vice-presidência, Departamento de Defesa (DOD) e Conselho de Segurança Nacional (NSC) representavam este núcleo duro. Enquanto isso, este grupo, que ficou conhecido como o os falcões neoconservadores, tinha como sua contrapartida mais imediata Collin Powell no comando do Departamento de Estado (DOS), mais ligado à linha republicana moderada. Ainda que as decisões de Powell fossem preteridas, sua presença era vista como fundamental no sentido de apresentar uma face mediadora ao *staff* de Bush.

A firmeza desta agenda de linhas neoconservadoras seria, contudo, relativamente abalada no dia 11 daquele mesmo ano, com os inéditos atentados terroristas às cidades de Nova Iorque e Washington, no território continental norte-americano. Para muitos, 11/09 surgiu como resposta a estas ações de Bush, sinalizando a necessidade de uma retomada multilateral de rumos pela hegemonia. Entretanto, mais do que um evento meramente localizado, os atentados se inseriram num processo histórico de contestação da liderança norte-americana e da ordem por ela disseminada, cujas raízes já vinham se manifestando desde a década anterior.

Já em 1993, logo no começo da presidência Clinton, o mesmo *World Trade Center* fora alvo de bombas, também tendo havido o avanço de ataques e freqüentes ameaças a interesses norte-americanos no Oriente Médio e na África entre 1998 e 1999. Tais ataques, inclusive, haviam levado a administração democrata a investir em estudos anti-terrorismo no final do segundo mandato de Clinton que, segundo alguns dos envolvidos em sua elaboração, não teriam merecido atenção adequada no novo governo Bush, o que teria provocado 11/09[9]. Porém, como ressaltado, 11/09 era parte de um ciclo e não foi provocado direta ou unicamente por Bush.

Inicialmente, como mencionado, a agenda neoconservadora foi relativamente abalada, uma vez que no imediato pós-atentado, houve uma breve retomada da prática e discurso multilateral. Esta retomada visou construir a coalizão inicial da guerra global contra o terror, começando pelos ataques ao Afeganistão, identificado como santuário dos terroristas da Al-Qaeda que provocaram 11/09, e culminando na Operação Liberdade Duradoura. Apresentada como uma guerra defensiva e de proteção, a Operação contou com o amplo apoio da comunidade internacional e foi conduzida por Powell. Este padrão, porém, foi rapidamente abandonado em outras áreas, havendo não só o renascimento como a ampliação da visão Isolacionista Unilateral, cujos resultados refletiram-se na Doutrina Bush em setembro de 2002 (NSS-2002) e em medidas de endurecimento das leis domésticas.

Avaliando esta questão do endurecimento doméstico, a criação do Departamento de Segurança Interna e o Ato Patriota são representantes destes movimentos. Na equação medo e preservação da liberdade, não só nos EUA, mas em outras nações, parte significativa das sociedades tem aderido, quase sem contestação, a medidas polêmicas em nome da segurança nacional. Dentre estas medidas destacam-se escutas telefônicas, critérios para a prisão de suspeitos, técnicas de interrogatório "mais duras".

Em termos internacionais, superando os elementos geopolíticos e geoeconômicos do E&E, a Doutrina Bush retirava suas prioridades da lógica do Internacionalismo Diferenciado, agregando-lhe um novo elemento: o terrorismo internacional, definido como um inimigo a combater. O primeiro esboço da Estratégia de Segurança Nacional foi indicado na declaração prévia do Eixo do Mal[10], que definia países como Irã, Iraque e Coréia do Norte como inimigos incondicionais dos EUA, funcionando como santuários e patrocinadores do terrorismo global. Outras nações também incluídas nesse Eixo eram Líbia, Síria e Cuba. Já neste momento Bush indicava a importância de uma postura ativa para impedir a expansão das ameaças contra o modo de vida dos EUA e a democracia em geral.

Analisando especificamente a Doutrina Bush, a mesma foi elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional e pela Casa Branca, e é definida como a união dos valores e dos interesses americanos, transformando a postura tática dos EUA, que passa da contenção à prevenção. Na avaliação de seus formuladores, no início do século 21, os EUA atravessam o momento de maior poder de sua história e devem estar preparados para exercê-lo de forma construtiva, preservando e expandindo seus interesses nacionais e de segurança. Segundo Bush,

> "Não podemos defender a América e nossos amigos esperando pelo melhor. Devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos (...) A história julgará duramente aqueles que viram o perigo chegando e falharam em agir. No novo mundo em que entramos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação (...) Devemos estar preparados para deter Estados bandidos e

seus clientes terroristas antes que se tornem aptos a nos ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os EUA e seus aliados e amigos" (NSS, p. 14)[11]

Apesar da inexistência de confrontações entre as grandes potências[12], unidas por ideais e propósitos comuns de progresso, liberdade e democracia, em um equilíbrio de poder positivo, o sistema internacional vigente não é totalmente estável ou seguro pois forças transnacionais e Estados falidos/bandidos percebem a agressão como única forma de ação. A despeito de serem minoria, estes elementos anti-ordem representam uma ameaça direta, pois mesmo que sua fraqueza seja intrínseca, encontram-se a sua disposição meios tecnológicos avançados que lhes permitem agregar poderio suficiente para produzir efeitos nocivos: desestabilizar, por meio da violência, as nações verdadeiramente comprometidas com a paz, oprimindo internamente suas populações para se sustentar. Para estes estados e grupos, as ADMs são, de acordo com a NSS, armas de escolha que serão utilizadas friamente sem a avaliação de suas conseqüências. Hoje, o terrorismo é a principal ameaça de segurança.

Diante desta realidade, cabe aos EUA, dada sua elevada posição e liderança moral, trabalhar ao lado de seus aliados e, quando necessário, sòzinhos, para impedir que estas ameaças se tornem reais. Ou seja, diante de sinais inequívocos de agressão, deve-se evitar que estes países adquiram capacidade de agir ou ajam em prejuízo das democracias. Especificamente, a NSS contempla o que se define como ação preemptiva e preventiva (*preemptive and preventive action*).

A ação preemptiva refere-se ao combate a riscos já existentes e de fácil percepção, enquanto a preventiva tem como objetivo impedir que situações percebidas como potencialmente ameaçadoras convertam-se em perigos reais. Ou seja, a ação preventiva antecipa-se à emergência destes perigos, buscando eliminá-los em seu estágio embrionário. Tal tarefa é extremamente complexa, dependendo de informações confiáveis de inteligência e avaliações equilibradas, que nem sempre garantem a eliminação do erro.

Taticamente, a dimensão da prevenção representa a quebra mais significativa da postura clássica multilateral dos EUA, suas parcerias e OIGs, avançando ainda a premissa de que a contenção seria substituída por uma postura de ataque e não mais de espera. À medida que os EUA se reservam o direito de agir e julgar o que definem como perigos, escolhendo seus caminhos de forma individual, antes que as ameaças tornem-se concretas, isto representa a consolidação do viés Isolacionista Unilateral da hegemonia.

Dentre os resultados mais imediatos desta opção encontram-se a perda de confiabilidade nos EUA e a disseminação da percepção de que todo e qualquer estado poderia ser alvo de uma intervenção preventiva norte-americana, caso suas políticas sejam consideradas ameaçadoras aos interesses e segurança deste país. Tal situação gera, no médio e longo prazo, mais um efeito no equilíbrio de poder mundial: a tendência que todas as nações passem a buscar, por seus próprios meios, uma proteção de caráter preventivo similar à dos EUA para os seus riscos de segurança.

Para a realização destes objetivos, os EUA devem continuar investindo em seus instrumentos militares de poder, convencionais e de tecnologia avançada, protegendo o espaço continental norte-americano e o de seus aliados. Impedir a expansão e projeção de forças nocivas ao já mencionado núcleo de democracias é essencial. Embutido nesta prioridade encontra-se também uma revisão da postura nuclear, considerando a sua possibilidade de uso, mesmo que o país não seja atacado por armamento similar ou o emprego desta arma decisiva contra nações não-nuclearizadas. Retoricamente, contudo, o discurso pró-multilateralismo mantém-se presente.

Nesta dimensão, a Estratégia considera que não somente a batalha será militar, como também multidimensional e de longo prazo, consistindo em uma disputa ativa no campo dos valores e das idéias. Daí deriva a colaboração multilateral com parceiros e organizações internacionais para promover políticas pró-ativas de engajamento e recuperação de sociedades não desenvolvidas ou instáveis (a África merece destaque). No caso, constam como prioridades da nova política iniciativas de construção de estados, ajuda econômica, educacional, técnica e financeira direta e incremento do comércio sem barreiras. Os principais parceiros nesta tarefa são os novos e antigos aliados da OTAN, destacando-se a necessidade de reformulação contínua da aliança para adequar-se aos novos desafios do sistema.

Adicionalmente, avaliam-se as parcerias com a Rússia, a China e a Índia, estados pivôs em suas regiões e que buscam seu espaço no cenário, mas com a desconfiança já mencionada. Nas Américas, a prioridade são coalizões flexíveis com países-chave no hemisfério, México, Brasil, Canadá e Chile, para permitir a construção de um continente democrático e próspero. Todavia, chama-se a atenção para as crises regionais na Colômbia, relacionadas ao tráfico de drogas e à pobreza e miséria na região andina, existindo a possibilidade de intervenções regionais, além dos pacotes de ajuda já existentes (subjacente a estes temas encontram-se a questão da ALCA e do risco do populismo de esquerda). Outro caso particular examinado é o conflito Israel/Palestina.

Em qualquer arena ou situação, o critério de definição de prioridades e parcerias com outros Estados resume-se a um elemento essencial: a proximidade ou distanciamento, o alinhamento ou a oposição às políticas norte-americanas. Tal situação lembra bastante o início da Guerra Fria, e principalmente a fase Reagan no período mais recente, que define a política internacional em termos de polaridades simples: leste/oeste, comunismo/capitalismo naquele momento e hoje, democracia/terror. Apesar desta separação democracia/terror negar abertamente a divisão civilizacional oriente/ocidente, norte-americanos e o resto (como desenvolvida por Samuel Huntington, 1997), esta cisão tem se aprofundado dadas as opções táticas dos EUA, que os distanciam de seus parceiros e acabam, indireta e diretamente, fomentando seus inimigos.

Por fim, destacam-se as dimensões da segurança interna dos EUA, também objeto de uma reorientação preventiva e de readequação à nova realidade pós-invulnerabilidade. Duplamente, existem investimentos crescentes em agências de prevenção interna,

reformulando-se os instrumentos já existentes. É essencial a manutenção de uma sociedade próspera e coesa, construindo-se a segurança nacional "de dentro para fora".

A aplicação deste conceitos culminou, em 2003, na Guerra do Iraque, e na consideração de novas operações militares em outros países como Irã, Coréia do Norte e Síria, demonstrando tanto os riscos quanto a lógica da Doutrina. Para o Executivo norte-americano, o DOD e o NSC, esta guerra era apenas um encaminhamento natural da campanha contra o terror iniciada em 2001 com a operação no Afeganistão. Tradicional inimigo dos EUA, Saddam Hussein representava no Oriente Médio um foco de instabilidade e risco, que, segundo estas avaliações, era capaz de promover ameaças reais a seus vizinhos dada a suposta posse de ADMs e seu comportamento conhecido de agressividade. Hussein teria sido, ao lado de Bin Laden, responsável por 11/09. Ambas as informações, apesar de não confirmadas (e recentemente desmentidas, de fato) serviam como base de conquista de apoio doméstico, explorando o sentimento de insegurança vigente no país e sinalizando que era necessário, para a proteção dos EUA, uma ação preventiva.

A maioria da comunidade internacional não apoiou esta intervenção, não percebendo a existência deste risco iminente. Durante quase todo o ano de 2002, os EUA tentaram "provar seu caso" ao Conselho de Segurança da Nações Unidas, conseguindo finalmente a aprovação de uma dúbia resolução (de número 1441) sobre a situação daquele país. Na 1441 estabelecia-se que o Iraque sofreria "graves consequências" caso não aceitasse as demandas da ONU, o que, para a presidência Bush, mesmo frente à oposição de importantes aliados como França e Alemanha, ü de seu antigo inimigo russo e à não anuência da China, significou o mandato para a guerra. Apoiados por uma Coalizão da Vontade, na qual o único membro de destaque era a Grã-Bretanha (e o Japão, mas com muito menor participação), os EUA efetivamente foram à a guerra, iniciando os ataques a Bagdá em março de 2003.

Rapidamente, os ataques militares levaram à deposição de Saddam Hussein e seus aliados, ainda que este ditador só tenha sido capturado no final daquele ano. De imediato, os norte-americanos anunciaram o sucesso da operação e instauraram um governo de transição que, dada a violência e instabilidade locais, foi trocado logo em seguida, permanecendo até hoje uma situação precária. Na realidade, situação similar revela-se também no Afeganistão, ainda que em ambos os casos o governo norte-americano não reconheça a existência de guerras civis. Da mesma forma, os esforços relacionados na questão Israel/Palestina sintetizados no Mapa da Estrada não obtiveram avanços. E complicou-se a difícil administração da questão do Hamas e do endurecimento israelense, mais recentemente exacerbado pelo ataque ao Líbano como forma de combater o Hezbollah.

Apesar destas dificuldades e dos problemas econômicos internos, a presidência Bush, no vácuo dos democratas e sustentando-se no medo derivado de 11/09, conseguiu reeleger-se para um segundo mandato. Ao longo de toda a campanha, os neoconservadores demonstraram-se hábeis em explorar o medo da população, instrumentalizando

o sistema de alerta de novos atentados terroristas, vídeos de Bin Laden, desconstruindo a figura do candidato democrata John Kerry como um homem indeciso e fraco. Adicionalmente, os democratas não foram capazes de apresentar uma agenda alternativa à de Bush e focaram suas discussões em críticas já conhecidas à presidência.

Em tal contexto, os ataques democratas surtiram pouco efeito e os republicanos preservaram sua coesão e união em torno do programa de governo, afirmando sua coerência e visão. Ao serem pressionados pelas deficiências e contradições da política externa, o aumento dos custos da guerra, a violência e o déficit, os republicanos investiam na discussão de temas paralelos, mas polêmicos, como a proposta de emenda constitucional para a proibição do casamento de homossexuais e invertiam o argumento a seu favor. Ainda que a eleição de 2004 tenha sido novamente polarizada (51% Bush contra 48% de Kerry), diferentemente de 2000, a chegada ao poder veio com mandato popular, consolidando as posições republicanas no legislativo e nos governos estaduais.

O segundo mandato: ajustes táticos (2005–2006)

Dando continuidade a suas políticas desde 2001, Bush voltou à Casa Branca indicando que a América havia lhe fornecido um capital político do qual faria uso, a despeito da significativa votação de Kerry. O país continuava dividido, mas este dado encontrava-se obscurecido pelo domínio republicano do sistema político, prosseguindo a aplicação da agenda interna[13] e externa.

No gabinete, o perfil neoconservador foi reforçado com a saída, anunciada desde a campanha, de Collin Powell do DOS e a sua substituição por Condoleezza Rice, antes Assessora de Segurança Nacional. Para o cargo de Rice foi indicado seu antigo vice no NSC, Stephen Hadley, garantindo a unidade na condução de políticas entre estas duas instâncias. Tal unidade foi ainda reforçada pela permanência de Dick Cheney na Vice-Presidência e de Donald Rumsfeld em seu cargo no DOD, mesmo com todas as críticas a sua estratégia militar no Iraque[14] e sua posição frente à questão da tortura em instalações militares norte-americanas (Guantanamo e Abu Graib). No que se refere à tortura, mais protestos foram apresentados quando da indicação, e confirmação, de Alberto Gonzáles à frente do Ministério da Justiça[15].

Os discursos de posse de Bush em janeiro de 2005, e seu discurso sobre o estado da União, logo na seqüência, somente confirmaram essa tendência. Em ambos, Bush reafirmou a prioridade de, por meio de ações preventivas e preemptivas, dar continuidade a sua guerra global contra o terror, ajudando as demais nações a lutar contra os inimigos da liberdade. Seja por meio de novas intervenções militares ou interferências políticas, os EUA mantém a prioridade da mudança da regime. Mais uma vez destacou-se o perigo dos outros membros do Eixo do Mal, Coréia do Norte e, principalmente, Irã e Síria, alertando-os sobre a permanente disposição norte-americana em defender-se e disseminar a liberdade[16].

Ainda que novas intervenções preventivas não tenham sido anunciadas e que sua hipótese tenha sido afastada pelo próprio Bush e Rice, não é possível descartá-las

por completo, dada a visão tática da presidência. No curto e médio prazo, porém, a sua probabilidade é baixa devido a impedimentos logísticos, uma vez que tropas norte-americanas já estão engajadas em dois teatros, o que dificulta uma nova ação no Oriente Médio, e os custos humanos e financeiros de novas operações. Para isso, primeiro seria preciso uma maior estabilização no Iraque ou uma transferência de tropas para um corpo multilateral, o que não parece provável. Além disso, no caso da Coréia, uma objeção adicional: a sua localização na Ásia e o envolvimento de outras potências na região, China, Rússia, Japão e Coréia do Sul, que dificultam ações mais livres dos EUA.

Neste contexto, como uma espécie de ajuste tático à Doutrina Bush, o conceito de Multilateralismo Assertivo passou a ser desenvolvido em especial por Rice e seus assessores. Tal multilateralismo propõe-se a devolver, por meio de reformas e novos contatos entre os estados membros, a eficiência às OIGs criadas em 1945[17], atualizando-as para o século 21 e para o combate ao inimigo presente do terrorismo. Esta agenda pode ser percebida em dois conjuntos de iniciativas: a colocação de nomes chave como John Bolton e Paul Wolfowitz na ONU e no Banco Mundial, respectivamente, e as propostas de reconciliação de Rice, apresentadas logo em 2005, quando a nova Secretária de Estado promoveu um *tour* às principais regiões e Estados aliados dos EUA.

Neste *tour*, dois objetivos destacaram-se: aparar arestas com antigos aliados resultantes da Guerra do Iraque e conquistar apoios renovados à agenda norte-americana por meio da diversificação de parcerias. Deve-se destacar que, nestas viagens, Rice por vezes acompanhou o próprio presidente Bush, ou foi acompanhada, em algumas, por Donald Rumsfeld. Quanto aos antigos aliados, estes contatos melhoraram o nível das relações norte-americanas com seus parceiros europeus e asiáticos, mas não eliminaram desconfianças ou reverteram cursos próprios de ação destas nações, em especial da Rússia e China.

No que se refere particularmente à Europa, pendências certamente continuam com a França, havendo distanciamento de parceiros como Itália e Espanha, cuja política interna levou à vitória de candidatos não alinhados com os EUA na mesma dimensão que seus antecessores. Neste campo, uma recente e importante perda de Bush refere-se à Inglaterra de Tony Blair. Blair anunciou para 2007 sua saída do cargo de primeiro-ministro, estando suas raízes de enfraquecimento bastante ligadas à guerra do terrorismo pós-11/09. Por outro lado, Bush foi beneficiado pela mudança de poder na Alemanha. De postura conservadora, Angela Merkel substitui Gerhard Schroeder, um dos grandes opositores da Guerra do Iraque.

Além da Europa, Rice teve passagens pela China e Oriente Médio e também pelo Brasil, igualmente visitado em 2005 por Bush, que definiu o país como um importante parceiro regional. Temas como as negociações multilaterais da ALCA[18], contudo, são suplantados pela opção norte-americana ao reforço de intercâmbios bilaterais e pela maior preocupação com as questões de natureza política, simbolizadas pelos riscos do avanço da "esquerda populista irresponsável". Tal esquerda seria

representada por Hugo Chavez, Evo Morales, Fidel Castro (ainda que sua saúde traga inúmeras indagações sobre o futuro de Cuba), e nomes como do candidato derrotado nas eleições mexicanas, André Manuel Lopez Obrador. Para conter esta esquerda vista como ameaça à democracia se oporia a esquerda "responsável", na qual se enquadram Tabaré Vasquez, no Uruguai, Michelle Bachelet, no Chile e Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil[19].

Adicionalmente, "novos aliados", como a Índia, vem sendo buscados, em movimentos que até ultrapassam mais significativamente as posturas tradicionais de Bush. Em 2006, os EUA concluíram com essa nação um acordo nuclear bilateral que permite à Índia manter o desenvolvimento de seus programas civis e militares, inclusive com a possibilidade de compra e troca de tecnologia e equipamentos com os EUA (independente do fato de a Índia não ser signatária do Tratado de Não-Proliferação, TNP, o que, segundo Rice, não é impedimento, uma vez que o país, por via indireta, já cumpriria os compromissos deste acordo). A este acordo nuclear também foram acrescidos elementos políticos e comerciais. Seu objetivo é, portanto, multidimensional: agregar mais um parceiro à agenda global de Bush e, em termos de equilíbrio mundial e asiático, fornecer um elemento de contenção ao avanço chinês e à recuperação russa na Ásia.

Percebe-se, porém, que todos estes esforços não levaram a uma nova assertividade do multilateralismo, como demonstram os impasses na ONU e na OMC. Assim, ainda que positivas, e retomando aspectos do Internacionalismo Multilateral, estas mudanças de posição norte-americana não levaram a uma real mudança da lógica da Doutrina Bush. Em Março de 2006, inclusive, foi publicada uma revisão desta Doutrina, reforçando os seus elementos estatais no que se refere ao combate ao terrorismo. Apesar de seu caráter transnacional, os grupos terroristas dependem de Estados para seu funcionamento, e, cada dia mais, nações como Síria e Irã tornam-se ameaças ao cenário. Além disso, Bush destacou que as ameaças trazidas por estas nações não se estendem só ao campo do terror, comparando-se o desafio dos fundamentalismos aos fascismos dos anos 1930[20].

Segundo as avaliações oficiais, o Irã emergiu em 2006 como a ameaça mais decisiva à estabilidade mundial e aos EUA, devido ao desenvolvimento de sua capacidade nuclear. No âmbito do CS da ONU, EUA e os aliados europeus alcançaram um acordo com russos e chineses para a aprovação de uma resolução prevendo sanções ao Irã, por suas transgressões nucleares. O Oriente Médio continua sem escapar de uma espiral de confrontação que se opõe às promessas da construção de um ambiente democrático na região, destacando-se os já mencionados tensionamentos no Afeganistão, Iraque, Líbano, Israel e territórios palestinos.

Em termos domésticos, os efeitos destas oscilações externas continuam presentes, mas a recuperação moderada não ocorreu para "quebrar" o controle neoconservador. No entanto, este foi fortemente contestado pelos resultados das eleições legislativas de 2006, que tiveram como tema a questão do Iraque e resultaram na volta dos

democratas ao controle do Congresso. Estas oscilações remetem às transições internas, populacionais, valorativas, pelas quais vem passando o país, com a alteração de seu tradicional perfil. A América do século 21 é uma nação em mudança, cujas escolhas definem seus rumos e de todo o sistema internacional.

IV. Considerações Finais

De 1989 a 2006, os EUA enfrentaram uma série de desafios internos e externos que revelam tanto a sua força como suas possíveis vulnerabilidades. De Bush pai a Bush filho, passando por Clinton, estratégias renovadas foram apresentadas, fatos inéditos abalaram a normalidade da sociedade, indicando-se um caminho de difíceis escolhas. Tais escolhas tem levado à alteração do perfil social e cultural dos EUA, afetando a forma como sua liderança internacional projeta-se em escala global.

Diferentemente de 1945, quando o poder norte-americano e seu papel no mundo era percebido de forma multidimensional, em 2001 tendências de isolamento e unilateralismo mantém-se. Mais do que expandir a ordem que criaram, os EUA parecem desconstruir suas bases concretas e fundamentos ideológicos, gerando um ambiente internacional cada vez mais inseguro.

Neste cenário, a expansão de doutrinas preventivas globais em estados dos mais diferentes interesses e porte dissemina-se. Ainda que inicialmente estas ações sejam reativas a um contexto que lhes parece hostil, buscando de imediato a defesa, resultados adicionais podem emergir: o desequilíbrio de regiões específicas, a fragmentação, o vácuo de poder e a construção de alianças que se oporiam aos EUA. Tais alianças, no médio e longo prazo, podem vir a representar a consolidação de alternativas à liderança norte-americana, o aprofundamento da multipolaridade ou o incremento de coalizões anti-hegemônicas. Adicionalmente, o enquadramento político de forças e o multilateralismo tendem a perder espaço, colocando em risco a credibilidade e legitimidade de instituições conhecidas como ONU e OMC.

Acelerado, o processo histórico desta transição parece caminhar para a consolidação cada vez mais freqüente de espirais externas de confrontação, que internamente tem levado à polarização e divisão de forças sociais e geram sua própria dinâmica de crise. Nos EUA, esta conjugação de forças coloca em questão não só o prolongamento do Segundo Século Americano, como a vitalidade da democracia, que precisa voltar a seu passado, a suas melhores tradições, para reaprender e renovar-se.

Notas

1. Para uma leitura mais detalhada destas e outras tradições da política externa dos EUA e a evolução de suas Relações Internacionais do século XVIII ao XXI ver Cristina S Pecequilo PECEQUILO, *A política externa dos EUA: continuidade ou mudança?* 2005.

2. O *military build-up* sustentou-se no incremento do orçamento de defesa para os setores convencional, nuclear e de tecnologia de ponta, criando, neste último setor, o projeto da Iniciativa

de Defesa Estratégia (IDE) que prometia tornar os EUA invulneráveis a ataques nucleares por meio da implementação de um escudo espacial de defesa anti-mísseis (popularmente, o IDE ficou conhecido como "Guerra nas Estrelas").

3. No texto optou-se pelo termo Isolacionista Unilateral para definir este Internacionalismo, buscando ressaltar a busca pela liberdade plena de ação dos EUA e o seu caráter de maior poder mundial.

4. A expressão tem origem nos artigos de Charles Krauthammer em 1990 e será depois recuperada por outros intelectuais ligados aos neoconservadores como Robert Kagan e William Kristol (2000 e 2006).

5. O tema energia é recorrente no imaginário dos líderes e estrategistas norte-americanos, em seu *State of the Union Address* em 2006 Bush prometeu investimentos em fontes alternativas no setor visando acabar com esta dependência externa, uma vez que a América, em suas palavras, "é viciada em petróleo".

6. O encaminhamento da Guerra do Iraque e a dinâmica da Operação Tempestade no Deserto no biênio 1990/91, sustentada nas negociações da ONU e em coalizões são exemplos desta postura de moderação, o que não se observará na nova guerra de 2003.

7. Outros termos associados à liderança dos EUA são *honest broker* e "império por convite", este último se opondo ao "império por imposição", termos cunhados por Gaddis (1998) para comparar as ações de EUA e URSS no início da Guerra Fria.

8. *Rogue states* são estados relativamente organizados em termos estruturais, mas que são comandados por governantes autoritários, que instalam regimes opressores, não se comprometendo com as regras da comunidade internacional, patrocinando grupos transnacionais que visam igualmente a agressão à ordem. Por sua vez, *failed states* são nações que não apresentam qualquer organização política, estão imersos em crises sociais e econômicas, e funcionam como santuários para a surgimento de grupos radicais.

9. Estas acusações foram feitas por Richard Clarke e também foram objeto de análise no relatório da Comissão do 11/09 do Legislativo norte-americano. Todavia, este relatório evitou atribuir à presidência Bush uma responsabilidade direta pelos atentados, considerando que a Casa Branca não teria tido condições efetivas de impedir os ataques. Mesmo assim, o relatório não isentou o governo completamente, apontando deficiências nos serviços de inteligência como CIA e FBI. Depoimentos de figuras chave do governo, como Powell e Rice, marcaram a preparação do relatório.

10. Esta premissa foi levantada no *State of the Union Address* de Bush em Janeiro de 2002, seguindo-se sua reafirmação em diversos discursos, até chegar-se à NSS de setembro.

11. Ver Capítulo V da NSS, " Impedir que nossos inimigos ameacem a nós, a nossos aliados e nossos amigos com ADMs."

12. O documento alerta que Rússia e China ainda não estão totalmente integradas a este mundo, passando por um longo processo de transição que pode ter retrocessos. Sobre estes relacionamentos ver o Capítulo VIII da NSS "Desenvolver agendas para ação cooperativa com os outros principais centros de poder mundial."

13. Ao conceito de Conservadorismo com Compaixão foi acrescido o de *Ownership Society* que agrega a noção de expansão da liberdade econômica e individual aos valores e princípios morais existentes.

14. O conceito de Rumsfeld de "choque e terror", para os críticos, é o responsável pela precariedade das condições iraquianas, uma vez que a presença de tropas é vista como insuficiente para a estabilização local desde o início da operação.

15. Gonzáles fora responsável pela reavaliação deste conceito, abrindo espaço para as "técnicas de interrogatório" mais duras. Além disso, questões polêmicas como a definição da categoria "combatente inimigo" em oposição a prisioneiro de guerra também fazem parte desta agenda.

Esta categoria combatente inimigo refere-se a membros de grupos terroristas que não são identificados como cidadãos de um determinado Estado. Prisões secretas para suspeitos de terrorismo igualmente são medidas controversas e sua existência foi recentemente reconhecida por Bush.

16. De acordo com Charles Krauthammer (2004), essa postura denominada de "Realismo Democrático" fortalece as posições norte-americanas em áreas estratégicas de forma pragmática, sem abandonar seus mais altos ideais de democracia e progresso.

17. A reforma, principalmente no caso do ONU, é limitada, focando-se em aspectos administrativos e não imediatamente na atualização do Conselho de Segurança. Apesar de se demonstrarem favoráveis à atualização, apoiando o Japão e um país em desenvolvimento como novos membros, os EUA a condicionam às demais reformas.

18. Durante a sua primeira campanha, Bush prometera uma nova política para o hemisfério, inaugurando o Século das Américas, por meio do relançamento de projetos como a ALCA (cujas negociações, que deveriam ter sido encerradas em Janeiro de 2005, continuam em compasso de espera). Os avanços, contudo, não ocorreram, com a região se mantendo secundária, mesmo antes de 11/09.

19. Ver Jorge G. Castañeda, *"Latin America's lef turn,"*2006, para o aprofundamento deste debate e Peter Hakim, *"Is Washington Losing Latin America?"*, 2006

20. Este esforços visam dar ao terrorismo/fundamentalismo um caráter de desafio sistêmico anti-ocidental similar aos anteriormente representados pelo fascismo e comunismo no século XX, assim como eliminar a volatilidade na definição de seu caráter e das próprias guerras assimétricas associadas às campanhas pós-11/09. Tal assimetria define-se por dois sentidos: o da diferença de poder entre os Estados envolvidos nas guerras e de perfil dos atores, estatais e não-estatais.

Referências Bibliográficas

Boot, Max. 2004. "Think again: neocons," em *Foreign Policy*, January/February.

Brzezinski, Zbigniew. 1997. *The Grand Chessboard* (New York: Basic Books).

----------. 2004. *The Choice* (New York: Basic Books).

BUSH, George W. 2002a. State of the Union Address

----------. 2005a. Inaugural Address (January).

----------. 2005b. State of the Union Address.

----------. 2006. State of the Union Address.

Castañeda, Jorge G. 2006. "Latin America's left turn," in *Foreign Affairs,* May/June.

Daalder, Ivo H. and Lindsay, James M. 2003. *America Unbound* (Washington: Brookings Institution).

Election Data 2000/2004. www.fec.gov

Gaddis, John Lewis. 1998. *We Now Know* (Oxford: Clarendon Press).

----------. 2005. "Grand strategy in the second term," in *Foreign Affairs*, January/February 84(1).

Gorce, Paul-Marie. 2002. "The Hawk Doctrine," in *Le Monde Diplomatique*, English Edition (September).

Golub, Philip. 2001. "America's Imperial Longings," em *Le Monde Diplomatique*, English Edition (July).

----------. 2003. "United States: Inventing Demons," em *Le Monde Diplomatique*, English Edition (March).

Hakim, Peter. 2006. "Is Washington Losing Latin America?" em *Foreign Affairs*, January/February.

Halimi, Serge. "Election 2004 Special: The United States Bush Record" em *Le Monde Diplomatique,* English Internet Edition.

----------. "What's the Matter with West Virginia?" em *Le Monde Diplmatique,* English Internet Edition.

Hagel, Chuck. 2004. "A Republican Foreign Policy," em *Foreign Affairs*, July/August 83(4), p. 64-76.

Hirsh, Michael. "Bush and the world," em *Foreign Affairs,* September/October 81(5), pp. 18-43.

Huntington, Samuel P. 1997. *O Choque de Civilizações* (São Paulo: Objetiva).

----------. 2004. *Who are we?* (New York: Simon and Schuster).

Ikenberry, G. John. "America's Imperial Ambition," em *Foreign Affairs*, September/October, 81(5), p. 44-60

Johnson, Chalmers. 2004. *The Sorrows of Empire.* (New York: Metropolitan Books. New York).

Kagan, Robert and Kristol, William, ed. 2000a. *While America Sleeps* (San Francisco, Encounter Books).

----------. 2000a. *Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy* (San Francisco, Encounter Books).

Klare, Michael. 2002. "United States: Energy and Strategy," em *Le Monde Diplomatique*, (November).

Krauthammer, Charles. 1990-1991. "The Unipolar Moment," em *Foreign Affairs* 1(70) Winter, p. 23-33.

----------. 2004. "In Defense of Democratic Realism," em *The National Interest* Fall, p. 15-25

Kristol, Irving. 1995. *Neo Conservatism* (Chicago: Elephant Books).

Levey, David H and Brown, Stuart S. 2005. "The Overstretch Myth," em *Foreign Affairs*, March/April.

National Security Strategy for a New Century, White House, NSC, 1993, 2002, 2006.

Nye Jr, Joseph S. 2002. *O Paradoxo do Poder Americano (*São Paulo: Ed. UNESP).

Pecequilo, Cristina S. 2005. *A política externa dos EUA: continuidade ou mudança?* (Porto Alegre: Ed. UFRGS).

----------. Artigos on www.relnet.com.br and www.ilea.ufrgs.br/nerint.

Prestowitz, Clyde. 2003. *Rogue Nation* (New York: Basic Books).

Revista Idéias. 2003. "Terrorismo e Guerra." Year 10, Vol. 2 (IFCH/UNICAMP).

Rice, Condoleezza. 2005. Remarks at Swearing-in Ceremony as Secretary of State (January) www.state.gov.

Todd, Emmanuel. 2002. *Após o Império* (Lisboa: Edições 70).

Vizentini, Paulo Fagundes. 2004. *Descompasso entre as nações* (Rio de Janeiro: Ed. Record).

POLÍTICA EXTERNA AMERICANA E O PAPEL DOS IDEÓLOGOS: COMPARANDO OS GOVERNOS RONALD REAGAN E GEORGE W. BUSH

CARLOS DA FONSECA*

I. PODER E CONHECIMENTO

A relação entre políticos e acadêmicos é conhecida e bem documentada. Através da história, muitos são os casos de intelectuais que se empenharam em "sussurrar no ouvido do rei". É longa a lista de professores famosos que prepararam jovens monarcas para as responsabilidades do poder: "Aristóteles foi tutor do jovem Alexandre; Seneca educou Nero; Gerbert d'Aurillac foi instrutor do imperador germânico Otto III e do rei de França, Robert II; Thomas Hobbes cuidou da educação do jovem Príncipe de Gales, que se tornaria Charles II; e o Cardeal de Mazarin dedicou parte de seu tempo a cuidar do treinamento de Louis XIV." [1]

Esses intelectuais, no entanto, freqüentemente iam além do mero papel de tutores. Crescentemente, à medida que responsabilidades e tarefas de governo tornavam-se mais complexas, especialistas e acadêmicos em geral desempenharam papéis importantes dentro das estruturas governamentais, de vez que "suas qualidades, tais como a escrita e o cálculo matemático, eram instrumentos que ajudavam a dar forma a uma nova categoria de especialistas dentro das burocracias nascentes."[2] Eles trabalharam como escribas e tabeliões, controlando, assim, a quantidade e a qualidade de informação à disposição dos governantes no momento da tomada de decisões. Dessa nova perspectiva, passaram a refletir sobre a relação entre conhecimento e poder. Com base nessa reflexão, foram produzidos verdadeiros manuais práticos de governo (chamados na Renascença 'Espelhos de Príncipes'), alguns dos quais sobreviveram até os dias de hoje (como o *Príncipe*, de Maquiavel).

Nos Estados Unidos, apesar de ocasionais episódios de hostilidade e suspeita contra acadêmicos, especialistas nas diferentes áreas das políticas públicas foram historicamente bem sucedidos em suas tarefas educativas, particularmente no século XX. Allan Whiting, ao aludir à forma jocosa como a imprensa se referia aos assessores acadêmicos de Franklin Roosevelt ("brain trust"), não deixou de destacar o papel de homens como Rexford G. Tugwell na preparação do presidente para seus 13 anos no poder.[3] Foi exatamente sob a presidência de Roosevelt que teve início a tradição de os dirigentes políticos americanos confiarem a acadêmicos papel de destaque nas administrações – e isso não tanto como conseqüência das inclinações pessoais do

* Diplomata de carreira. Trabalha na Embaixada do Brasil em Washington.

presidente[4], mas sim das mudanças ocorridas sob sua liderança, em especial, o estabelecimento da chamada "presidência moderna," com a expansão do papel do governo federal durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, e a criação de novas estruturas burocráticas dentro do Executivo.[5]

Esse fenômeno manteve-se nos anos seguintes. Nelson Rockefeller, por exemplo, serviu como assessor especial para política externa durante a presidência de Dwight D. Eisenhower, a pedido de quem reuniu grupo de acadêmicos para discutir as estratégias de longo prazo do país no plano internacional. Entre os especialistas participantes estava Henry Kissinger, então jovem professor em Harvard. Nos anos seguintes, Walter Heller ensinaria a Kennedy os princípios da economia keynesiana e Kermit Gordon, diretor de orçamento na Casa Branca, treinaria Johnson em matéria fiscal. No campo da política externa, o papel dos acadêmicos atingiu seu ponto alto durante a gestão do próprio Kennedy, que estabeleceu o ideal de uma "nova fronteira", a ser conquistada com a ajuda dos "melhores e mais brilhantes". Kennedy iniciou o que se tornaria uma tradição: durante seu governo, o cargo de Conselheiro de Segurança Nacional teve o status sensivelmente elevado, e passou a ser ocupado por acadêmicos de renome. Tem sido assim desde então, com Conselheiros como McGeorge Bundy, Walt Rostow, Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski, Richard Allen, Anthony Lake, Brent Scowcroft e, mais recentenmente, Condoleezza Rice.

Informar ou influenciar? Da neutralidade científica ao ativismo ideológico

O papel político dos intelectuais é freqüentemente ambíguo. Ao tempo em que repassam ao "rei" seu conhecimento, permitindo-lhe tomar melhores decisões, os acadêmicos oferecem também conselhos, com isso transmitindo ao governante opiniões, crenças, e refletindo, não raro, seus próprios interesses.

É muito tênue a linha a separar o ato ou desejo de informar do ato ou desejo de influenciar. A própria definição do termo influência é ambígua, por abrangente. Hicks, Forgette e Couloumbis afirmam, por exemplo, que a "influência pode variar entre o total controle sobre o comportamento de uma pessoa até a mera consciência da existência ou conselho de outrém"[6]. Whiting, por outro lado, define influência como o ato de "guiar" os destinos do Estado. Em sua opinião, o intelectual por vezes "é mais explícito na articulação de seus conselhos, como Maquiavel. Mais freqüentemente, no entanto, (…) ele busca influenciar através da persuasão reservada, ou indiretamente, através de ensaios acadêmicos."[7]

Tendo em conta essas diferentes acepções, David Newsom distinguiu, ao referir-se ao papel de intelectuais em governos, entre "acadêmicos tradicionais", que limitam seu papel a prover aos governantes "a verdade" (uma atitude que, segundo ele, os leva freqüentemente a "tornarem-se críticos e não aliados da política oficial") e os "acadêmicos políticos", que "desejam levar sua influência além do campus universitário (…), manter-se próximos dos governantes e, ocasionalmente, participar diretamente das ações do Estado."[8]

Allen Smith argumentou, em tom semelhante, que "a verdade fala ao poder em vários tons diferentes". O "intelectual enclausurado", desprovido de ambições políticas, pode-se dar ao luxo de ser fiel à verdade [objetiva ou científica] e oferecer ao Príncipe informações que não terão que "se inclinar diante de nada" para acomodar "objetivos políticos urgentes ou ambições pessoais". O conselheiro político, ao contrário, "na medida em que aspire a se tornar útil, deve falar ao poder em um contexto político e dizer verdades úteis". Se fracassar, poderá frustar-se, como Francis Bacon, "filósofo com ambições políticas, que caiu em desgraça" durante o reinado de James I e escreveu (no seu ensaio *On Counsel*) que "os melhores assessores estão mortos, pois os livros falam de forma franca, enquanto que os conselheiros empalidecem."[9]

Em sua tipologia, Dennis Florig[10] acrescentou uma terceira categoria às de Newsom e Smith: segundo ele, entre os acadêmicos com vocação (ou atuação) política estariam, por um lado, os intelectuais de cunho tradicional, cuja atuação concentra-se na produção de informações que sejam a um tempo academicamente sólidas e politicamente aplicáveis; os "intelectuais de aluguel", que abdicam de suas "verdades" simplesmente em troca de prestígio e poder; e os "intelectuais ativistas", cujo maior objetivo seria, mais do que alcançar poder e prestígio, promover uma agenda política através da influência exercida sobre os governantes. Florig refere-se a esses últimos como "ideólogos".

Em sua definição do termo "ideólogo"o *American Heritage Dictionary* atenta para o fato de se tratar de pessoas "com uma intensa devoção a um conjunto de idéias." [11] A observação, embora correta, está longe de esgotar as várias dimensões desse personagem, especialmente no que se refere ao seu relacionamento com os governantes. Thomas Langstom, que dedicou livro ao tema, refere-se a esses acadêmicos ativistas como "homens de idéias", por oposição aos acadêmicos tradicionais, que chama "homens com idéias"[12]. Segundo ele, ideólogos distinguem-se não somente pelo apego a idéias, mas por

> "exibirem certos traços específicos em seu pensamento. Eles acreditam que suas idéias estão corretas do ponto de vista lógico, sendo portanto inexpugnáveis à crítica. Em conseqüência, parecem frequentemente obtusos e fechados ao mundo. Acreditam que suas idéias são verdadeiras não apenas em termos relativos e condicionais, mais em termos absolutos. Estão convencidos, por outro lado, de que sua maneira de encarar o mundo ajuda a dar sentido a uma ampla série de fenômenos que deixam os outros confusos (...) Finalmente, tendem a se associar com pessoas que pensam da mesma forma em clubes, *think tanks*, (...) e costumam não apenas saber o que acreditam mas o que querem fazer. Têm em geral uma agenda com propostas específicas e acreditam que o mundo poderá ser transformado através de sua implementação."[13]

Nos Estados Unidos, os ideólogos exercem papel político tanto mais importante quanto mais próximos estiverem dos presidentes, considerados por Florig os "líderes ideológicos" da nação[14]. Em seu duplo papel de produtor de políticas públicas e "garoto propaganda" dessas mesmas políticas, os presidentes americanos exercem uma mediação entre governo e opinião pública - e entre os vários poderes da União - que envolve a necessidade constante de justificativas sobre decisões tomadas. Filosofias políticas ou ideologias cumprem essa função, na medida em que "definem uma filosofia pública que justifica essas escolhas."[15]

Graças a seu papel específico no processo decisório, presidentes são também figuras centrais em qualquer processo de reiteração e, principalmente, mudanças ideológicas . Nas palavras de Florig, "em razão de sua visibilidade na mídia, a presidência é a mais importante instituição (...) no processo de desenvolvimento de ideologias."[16] Uma vez assimilada politicamente, essa ideologia pode ser implementada por praticamente qualquer instituição governamental. Em sua gestação, no entanto, ou na substituição de uma ideologia por outra, o "bully pulpit"[17] da presidência é insubstituível.

Daí a relevância do papel dos ideólogos, e de sua proximidade com os presidentes - uma relevância que Langston define nos seguintes termos:

> "Ideólogos oferecem propostas de ação válidas em um número muito grande de casos. A certeza de serem detentores de uma verdade absoluta e coerente sugere, nesses 'homens de idéias', uma propenção para a ação sem hesitações, ainda que sob grande pressão (...) [Por outro lado], a abrangência lógica de suas convicções, na medida em que trazem embutido um elevado grau de coerência, faz com que idéias e crenças de um ideólogo sejam em geral previsíveis. Considerando que um dos maiores problemas na política presidencial [americana] é como controlar indicações funcionais em um contexto no qual a confusão administrativa é freqüente (...), a abilidade de trabalhar de forma independente, mas ainda assim com rapidez de propósitos e previbilidade faz do homem de idéias uma força potencialmente muito influente na presidência americana do pós-New Deal."[18]

II. A Receptividade dos Presidentes a Ideólogos: Estabelecendo um Modelo

Muito embora ideólogos tenham participado, direta ou indiretamente, de quase todos os governos americanos modernos, a maneira como os presidentes americanos lidam com sua influência varia em função de fatores diversos, como a personalidade do chefe de estado e o contexto no qual exerce seu mandato. Florig opina, a respeito, que todas as administrações são sujeitas a pressões por parte tanto de ideólogos como grupos de interesse.[19] Presidentes de um mesmo partido (que em princípio defendem valores e princípios políticos comparáveis) responderão de forma diferente a essas pressões. Enquanto "alguns presidentes dão muita importância à definição de uma filosofia pú-

blica consistente, de forma a justificar suas escolhas, outros são quase anti-ideológicos em sua tentativa de serem vistos como politicamente moderados. Ronald Reagan e F. D. Roosevelt são exemplos de presidentes com grande apego a modelos ideológicos como forma de legitimar suas políticas (...) Jimmy Carter e Dwight Eisenhower, ao contrário, se destacam como presidentes que tentaram evitar quaisquer rótulos ou compromissos ideológicos."[20]

Na tentativa de estabelecer modelo capaz de explicar, ou mesmo prever, a propensão de um presidente de se deixar influenciar por ideólogos, deve-se considerar tanto as características pessoais do chefe de estado como as circunstâncias que cercam o exercício de seu mandato. O principal determinante da maneira como ele reagirá aos ideólogos está no próprio presidente, sua personalidade e convicções, ou, para fazer uso de conceitos empregados por especialistas no tema, seu "código operacional" e seu "caráter presidencial". Para além disso, outros determinantes podem ser encontrados na maneira como um presidente define seu esquema de trabalho (o que Pfiffner, entre outros, chama de "estilo presidencial"[21]) e, como dito acima, no contexto em que cumpre seu mandato. Nesse particular, é importante ter em conta tanto aspectos conjunturais como estruturais desse contexto. Deve-se, por exemplo, levar em consideração o que Skowronek batizou de "tempos presidenciais,"[22] mas também episódios e situações pontuais (e até certo ponto imprevisíveis) como a ação de outros atores políticos (Congresso, Judiciário, mídia, etc.), além da ocorrência eventual de "eventos catalisadores" de grandes proporções (caso típico do 11 de setembro).

Código operacional e o papel dos ideólogos

A idéia de um "código operacional", capaz de determinar as opções e escolhas de um governante, tem como origens a análise de Nathan Leites sobre o politburo soviético[23], bem como o conceito de "belief systems" de Milton Rokeach's, definido como "conjunto de crenças de um indivíduo a respeito do mundo físico, do mundo social e de si mesmo."[24] O sentido empregado neste texto deriva da tipologia sugerida por Alexander George, que isolou os aspectos cognitivos do código operacional de Leites, aos quais associou elementos sistematizados da proposta de Rokeach. Na versão de George, o código operacional torna-se, assim, um "conjunto de princípios gerais sobre a vida política que um indivíduo adquire e aplica no processamento de informações, com o propósito de exercer julgamento e escolha em qualquer processo decisório."[25] Ainda segundo George, o conhecimento das convicções de atores políticos permite "clarificar os critérios, requisitos e normas que o ator procura respeitar aos avaliar oportunidades (...), estimar custos e benefícios a elas associadas e fazer cálculos [políticos]."[26] Como salientado pelo autor, no entanto, ainda que a existência de códigos operacionais seja fundamental para identificar as razões por trás do comportamento de líderes políticos, "[esses códigos] são apenas princípios gerais que não determinam por si sós as escolhas feitas. É importante ter presente que outros fatores,

entre os quais a personalidade [do governante], constragimentos domésticos e o interesse nacional (...) também afetam o processo decisório."[27]

Com base no conceito de George, seria possível argumentar que a sensibilidade de um presidente às opiniões e influências de um ideólogo dependerá, em grande medida, da semelhança ou compatibilidade entre seus respectivos códigos de conduta. Como se verá adiante, essa compatibilidade existia tanto no caso de Ronald Reagan como no de George W. Bush, embora no primeiro ela fosse muito menor do que em geral se supõe.

Caráter presidencial e o papel dos ideólogos

Em livro publicado por primeira vez em 1972,[28] James David Barber estabeleceu uma tipologia psicológica aplicada aos diferentes presidentes americanos, de forma a contribuir para uma análise de suas performances como líderes políticos e, em certa medida, tentar prever a dos que ainda estavam por vir. Essa classificação compunha-se essencialmente de quatro padrões de comportamento, assim batizados por Barber:

- **Ativo-positivo**: definido como tipo psicológico de um presidente "muito ativo e que desfruta essa atividade, o que indica uma relativa alta-estima e certa facilidade em se relacionar com seu entorno [humano, social, político]." Presidentes ativos-positivos tendem a valorizar a produtividade e mostram grande abilidade em "usar suas qualidades de forma flexível e adaptativa."
- **Ativo-negativo**: Barber identifica nesse padrão uma contradição entre "o esforço relativamente intenso [do presidente] e a recompensa emocional relativamente baixa por esse esforço." A atividade nesse caso possui uma "qualidade compulsiva", como se o presidente procurasse compensar falhas ou culpas passadas, ou como se estivesse fugindo de angústias através do trabalho pesado. Um presidente ativo-negativo é ambicioso e apegado ao poder. Sua relação com o entorno é "agressiva [de vez que] ele tem dificuldades em administrar seus sentimentos agressivos." Sua auto-imagem é vaga e discontínua, "assombradas pelas condenações de uma consciência perfeccionista".
- **Passivos-positivos**: Barber descreve esse tipo psicológico como "receptivo, aquiescente, voltado para os outros e em busca constante de afeto e aceitação, como recompensa por ser agradável e cooperativo em vez de personalista e assertivo." Trata-se de um padrão de comportamento marcado pela baixa auto-estima, mas também por um "otimismo superficial.", uma esperança que "ajuda a dissipar a dúvida e estimula o encorajamento dos outros".
- **Passivo-negativo**: Barber vê os presidentes passivos-negativos como "pessoas que pouco fazem em matéria política, e desfrutam menos ainda." O fato de que alguns passivos-negativos dedicam-se à política e por vezes chegam mesmo à presidência (Woodrow Wilson, por exemplo) é explicado por certa "inclinação para o serviço público", que "compensa a baixa auto-estima." Uma vez no poder, presidentes passivos-negativos têm dificuldades em serem bons líderes, na medida em que "ca-

recem de experiência e flexibilidade para atuar de forma efetiva (...) Sua tendência é sempre de recuar [diante de dificuldades], fugir dos conflitos e incertezas da política invocando princípios vagos e arranjos procedimentais."[29]

Com base na tipologia de Barber, poder-se-ia inferir a probabilidade de um presidente ser dominado ou não pela influência de ideólogos. A esse respeito, Langston and Sanders chegaram à conclusão de que presidentes ativos-positivos são os menos propensos a influências ideológicas[30]. Presidentes passivos em geral "serão influenciados na medida em que os ideólogos predominem no sistema decisório do governo" [31] - o que acontece, por exemplo, mesmo à revelia do chefe de estado, no caso em que os partidos decidem a composição de certas áreas do governo. No que se refere aos presidentes ativos-negativos, eles "vêem a si mesmos em uma luta solitária em um mundo perigoso (...) no qual a lealdade a ideais torna-se mais importante do que cálculos de resultados". Em tal situação, "é fácil imaginar que ideólogos possam reforçar as convicções de um presidente, levando-o a favorecer determinadas políticas."[32]

Estilo presidencial e o papel dos ideólogos

Roger Porter[33] definiu uma tipologia de modelos de gestão que o presidente tem à mão para lidar com as dificuldades inerentes às suas funções – dificuldades que derivariam do caráter "inter-relacional das questões" das quais trata o presidente, bem como da natureza "fragmentada" do poder executivo que ele lidera. Segundo Porter, os presidentes americanos adotam necessariamente um dos três modelos abaixo:

(1) 'gestão *ad hoc*': modelo "que minimiza padrões regularizados e sistemáticos de assessoria e conta, em grande medida, com uma distribuição de tarefas feita pelo próprio presidente, bem como com sua escolha sobre a quem escutar e quando";

(2) 'gestão centralizada': modelo que "enfatiza a dependência em relação aos membros do Gabinete da Casa Branca e de organismos do Executive Office of the President (EOP)." Esse sistema fundamenta-se, segundo Porter, "no desejo [do chefe de estado] de obter análises e recomendações oriundas de pessoas que compartilham do ponto de vista do Presidente";

(3) 'pleito múltiplo' (*multiple advocacy*): modelo que seria "destinado a expor sistematicamente o Presidente a argumentos e visões concorrentes, apresentados e defendidos pelos próprios proponentes", e que depende da existência de um mediador neutro, cujo papel é "garantir que as partes interessadas estejam representadas e que o debate seja estruturado e equilibrado".[34]

Aplicando-se o modelo de Porter ao caso em estudo, pode-se inferir que os presidentes que adotam os modelos organizacionais de 'gestão *ad hoc*' e 'pleito múltiplo' são menos propensos a se deixar influenciar por uma única voz ideológica. No primeiro caso (particularmente quando a 'gestão *ad hoc*' é de natureza competitiva), o sistema é concebido deliberadamente de forma a evitar que uma única voz (ou opinião) predo-

mine nos "ouvidos do presidente". No segundo caso, a principal finalidade do modelo é justamente garantir que o maior número possível de vozes (opiniões) seja ouvido pelo chefe de estado. Presidentes que se valem de um modelo de 'gestão centralizada', por outro lado, poderiam facilmente estar sujeitos a influências diretas ou indiretas de alguns poucos ideólogos, especialmente se estes estiverem entre seus os assessores mais próximos.

Tempos presidenciais e o papel dos ideólogos

Em seu livro *The Politics Presidents Make*,[35] Stephen Skowronek estabeleceu uma tipologia do que chamou as "estruturas recorrentes da autoridade presidencial." Em sua opinião, a identidade política dos presidente americanos enquadra-se, necessariamente, em um dos quatro tipos abaixo:

- **Política de Reconstrução**: nessa situação, a eleição do presidente é resultado direto de uma dinâmica de repúdio aos interesses e ideologias anteriores, considerados como "respostas fracassadas ou irrelevantes aos problemas da nação". Nessa situação, o presidente apresentar-se-á como "de oposição ao regime estabelecido". Sua presidência será "um tipo de inter-regno político". A eleição "refletirá o consenso político de que algo fundamentalmente errado ocorreu nos assuntos de estado", embora não haja necessariamente mensagem clara sobre o que exatamente deveria ser mudado. Casos clássicos de "presidentes de reconstrução" seriam Roosevelt a Reagan;
- **Política de Disjunção**: Essa situação é definida por Skowronek como "etapa anterior" à 'política de reconstrução'. Considerada pelo autor uma "situação de liderança impossível", a política de disjunção é aquela na qual o presidente encontra-se preso a arranjos políticos considerados "respostas fracassadas ou irrelevantes aos problemas da nação". Em tal contexto, respeitar esses arranjos significa, de certa forma, "estigmatizar a si mesmo como símbolo dos problemas do país." No entanto, em momentos como esse, o instinto político funciona freqüentemente contra a sobrevivência do próprio regime, uma vez que determina, via de regra, a reafirmação de antigas convicções, mesmo nos momentos de maior crise. Um exemplo de "presidente de disjunção" seria Herbert Hoover;
- **Política de Articulação**: Skowronek identifica essa situação como um "momento político no qual os arranjos ideológicos e de interesse são relativamente sólidos, fornecendo soluções ou orientações legítimas para a solução dos problemas de governabilidade do país". Presidentes que se encontram no poder em momentos como esses são "inovadores ortodoxos," que "galvanizam a ação política com a promessa de dar continuidade ao bom trabalho do passado e demonstram a vitalidade da ordem estabelecida". Exemplos de "presidentes de articulação" seriam Harry Truman a George W. Bush;
- **Política de Prevenção**: Essa situação ocorre quando um presidente que não pertence ao "regime vigente" vence a eleição devido a um processo eleitoral peculiar,

decorrente de algum escândalo ou ruptura temporária de maiorias. Esses presidentes "possuem a liberdade decorrente de sua independência em relação aos compromissos estabelecidos, mas, diferentemente dos presidentes em uma 'política de reconstrução', sua autoridade para criticar ou repudiar é limitada, dado o apoio político, institucional e ideológico com que ainda conta o antigo 'regime'"[36]. Um exemplo de "presidente de prevenção" seria Dwight Eisenhower.

Aplicando a tipologia de Skowronek ao caso em estudo, poder-se-ia argumentar que as presidências menos ideológicas seriam as de 'prevenção', que devem sua existência a acidentes eleitorais ou rupturas temporárias no balanço entre partidos (caso de Eisenhower).[37] Ao contrário, períodos de reconstrução (Reagan, Roosevelt) ou disjunção (Hoover) são, por definição, tempos de grande agitação social, nos quais os ideólogos normalmente são mais numerosos e bem organizados. Presidentes que exercem seus mandatos em tempos de disjunção, no entanto, freqüentemente carecem da legitimidade política necessária para liderar uma ofensiva ideológica. "Presidentes de reconstrução", pelo contrário, carecem de "credenciais ideológicas" que justifiquem a "destruição" do antigo sistema. "Os ideólogos são especialmente úteis para tais presidentes, na medida em que respondem à pergunta: que mundo novo é esse que está sendo construído sobre as cinzas da velha e desacreditada ordem?"[38]

Quanto aos "presidentes de articulação", pode-se dizer que se encontram em situação peculiar. Na condição de seguidores de um regime "reconstrutor", "deles se espera que levem adiante quaisquer revisões importantes que ainda estiverem na agenda política".[39] Nesse sentido, sua presidência pode ser ideologicamente mais intensa do que a preventiva ou a disjuntiva, mas não do que a de reconstrução. Além disso, problemas novos podem surgir no meio do mandato presidencial e suscitar debates políticos ou ideológicos renovados, dando maior espaço para os ideólogos. Conforme veremos adiante, foi exatamente o que ocorreu no caso de George W. Bush.

Contextos presidenciais e o papel dos ideólogos

Além da tipologia de Skowronek, é importante considerar, como parte do "contexto presidencial", o ambiente político geral em que o presidente governa. Langston e Florig concordam em que a permeabilidade dos governos norte-americanos a ideologias é, em grande medida, determinado pelo declínio histórico do poder dos partidos políticos. A reforma eleitoral de 1972[40] estabeleceu uma relação mais direta entre os candidatos e os eleitores. Uma das conseqüências das mudanças oriundas da reforma é que as visões e ambições pessoais do candidato a presidente tornaram-se mais importantes do que a identidade ou ideologia do partido. A crescente dificuldade de se promover um realinhamento partidário de natureza crítica que imponha limites às manobras ideológicas dos presidentes faz com que seja mais fácil para um chefe de estado ambicioso "deixar sua marca pessoal na vida do país".[41] E ao fazê-lo, o presidente tende a "contar cada vez mais com uma elite útil em tais situações"[42]: os ideólogos.

Indo além do ambiente político, há que se levar em conta, finalmente, o próprio processo de produção de ideologias. O antropólogo Clifford Geertz argumenta que ideologias "surgem em tempos de estresse"[43] (uma idéia que é compatível com a classificação de Skowronek). Tratar-se-ia, segundo ele, de uma característica do pensamento humano que desponta quando as realidades sociais não são mais compreendidas em termos de normas e suposições vigentes. Similarmente, Mark Blyth argumenta que situações de elevado grau de incerteza, ou consideradas como "eventos únicos", nas quais os agentes políticos hesitam na identificação de seus interesses, bem como quanto à forma de alcançá-los, são particularmente propícias ao surgimento de novas idéias e ideologias[44]. Como demonstra o caso do governo George W. Bush, o contexto pode ser de suma importância na definição do caráter ideológico de uma presidência. "Eventos únicos" como o 11 de setembro podem algumas vezes tomar forma de um "catalisador", e transformar sensivelmente aspectos da política de um país.[45]

III. Aplicando o Modelo: Os Casos de Ronald Reagan e George W. Bush

Reagan e Bush são freqüentemente citados como dois dos presidentes mais ideológicos da história americana. O objetivo deste trabalho não é constatar a veracidade dessa afirmação. É antes, partindo dessa hipótese, investigar o papel desempenhado por ideólogos nos dois governos. A decisão de comparar a receptividade de Reagan e Bush aos conselhos de seus respectivos ideólogos justifica-se não apenas pelo fato de os dois presidentes pertencerem ao mesmo partido e a um mesmo "regime político" (no sentido de Skowronek), mas também pelo fato de compartilharem idéias a códigos operacionais semelhantes, ao ponto de Reagan ser freqüentemente citado como um "modelo" por Bush. Ao examinar os dois casos, darei ênfase à influência dos ideólogos neoconservadores na conformação da política externa americana.

Código operacional

Reagan e Bush trouxeram à presidência "códigos operacionais" em muitos aspectos semelhantes. Ambos republicanos conservadores, agiram (agem) como políticos "outside the beltway"[46] - embora Bush, filho a neto de políticos de projeção nacional, nunca tenha sido um *outsider.* Durante seus mandatos, deram mais ênfase aos valores do que aos arranjos políticos - embora Reagan fosse um "homem de princípios" no sentido mais laico do termo, ao passo que Bush se diz guiado por uma moralidade de matizes religiosos.

Ambos promoveram a chamada "supply-side economics"[47] e defenderam a necessidade de uma "clareza moral" no plano político. Foram favoráveis à redução de impostos e ao encolhimento do papel do governo - embora, no caso de Bush, a administração federal tenha inchado como nunca, em razão da reação ao 11 de setembro. Advogaram, finalmente, a elevação de gastos na área militar, como parte de uma estratégia que visava a promover interesses e liderança dos Estados Unidos no mundo.

Reagan, no entanto, via essa liderança no contexto da Guerra Fria, situação que punha em evidência a ameaça "existencial" da União Soviética e a necessidade de reduzi-la, administrá-la ou, como preferia Reagan, eliminá-la definitivamente. Bush lidou com a questão no pós-Guerra Fria após os ataques do 11 de setembro e, nesse contexto, transformou a liderança americana em uma cruzada moral contra forças que não representavam ameaça existencial, mas antes uma de natureza imprevisível, irracional e incontrolável.

Segundo Richard Allen, apesar de não possuir experiência no tema, Reagan chegou à Casa Branca com idéias claras sobre o que fazer em termos de política externa. Sendo um "presidente de reconstrução", mostrou desde o início uma predisposição à ousadia e à ambição, e uma tendência a enfrentar o comunismo, em vez de simplesmente administrar o convívio com a URSS. Esse confronto foi conduzido "propositada a deliberadamente, e em ritmo lento. Ao decidir enfrentar o adversário, Reagan seguiu plano que havia concebido muitos anos antes"[48]. Durante as primárias de 1976, muito tempo antes de se tornar presidente, Reagan já mostrava uma tendência para o confronto ideológico e um intenso desdém pela *détente,* que via como uma mera reafirmação da política de contenção. Ao assumir a presidência, trouxe consigo essa antiga convicção e, através ela, atraiu para o governo "homens de idéias" que pensavam de forma semelhante. Entre esses, encontravam-se ex-simpatizantes do Partido Democrata[49] que, desapontados com a forma com que seu partido vinha lidando com as questões de política externa, particularmente após a campanha de George McGovern à presidência (1972), distanciaram-se paulatinamente da agremiação, vindo, finalmente, a se associarem ao que viam como um governo forte, decidido e fundado em princípios.

A inexperiência de Bush em política externa gerou atitude diferente. Durante a campanha presidencial de 2000, mesmo cercado de "tutores" (os chamados "vulcanos")[50], Bush revelou modéstia tal em assuntos internacionais que jornalistas e acadêmicos o tratavam, freqüentemente, com desdém e escárnio. Bush prometia uma agenda externa "humilde" e via o século XXl como o "século das Américas", valendo-se da única experiência internacional concreta que tivera como político: o relacionamento do Texas, onde fora governador, com o México. Seu instinto unilateral, que o levava a defender um desengajamento de compromissos multilaterais, e a obsessão pela primazia dos "interesses nacionais" sobre quaisquer outros critérios, já eram o eixo central de suas opiniões a respeito da política externa americana. Bush, no entanto, ainda carecia naquele momento de estratégia clara para a promoção do que via como o papel dos EUA no mundo. O 11 de setembro foi, nesse sentido, uma revelação, ao oferecer ao presidente recém-eleito base concreta sobre a qual estruturar e desenvolver sua visão moral das relações internacionais. Foi também uma oportunidade para os ideólogos neoconservadores arquitetarem, dentro dos limites dessa visão, estratégias claras e assertivas.

Caráter e estilo presidencial

Barber definiu Reagan como um "passivo-positivo", categoria que, na tipologia aplicada por Langston e Sander, corresponde a presidentes que "serão influenciados por ideologias na medida em que os ideólogos predominarem no ambiente de elaboração de políticas públicas"[51].

A personalidade de Reagan foi certamente fator determinante de seu estilo presidencial. Conforme observou Pfiffner, particularmente durante o primeiro mandato (1981-85), "a passividade de Reagan e a tendência a delegar fez com que a composição de sua assessoria direta viesse a ter importância crucial para o exercício do poder".[52] É importante observar, no entanto, que, precisamente em razão desse estilo, nenhum ideólogo conseguia monopolizar sua atenção. Nenhuma voz isolada tinha acesso exclusivo aos ouvidos de Reagan. No nível mais elevado, esse privilégio era compartilhado por James Baker, Michael Deaver e Edwin Meese, que tinham "a responsabilidade (...) de garantir que visões contrastantes fossem trazidas à atenção do presidente. No primeiro mandato, isso foi garantido (...) porque as rivalidades entre os membros do gabinete e as disputas entre conservadores e moderados não puderam ser inteiramente dirimidas".[53]

Entre os membros do alto escalão do governo encontrava-se um grupo de ideólogos neoconservadores que vieram a ocupar posições importantes, embora não diretamente relacionadas à Casa Branca: Jeanne Kirkpatrick era a Representante Permanente dos EUA junto à ONU; Richard Perle tornou-se Secretário de Defesa Adjunto para Segurança Internacional; Eugene Rostow e Kenneth Adelman sucederam-se na chefia da Agência de Controle de Armas e Desarmamento; Max Kampelman foi chefe da delegação americana para negociações com a URSS sobre armas nucleares; e Elliott Abrams chegou a ser Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos.

A passividade de Reagan não o impedia de ter opiniões próprias. Ele as tinha, particularmente, em relação a política externa e economia. E, como salientado por Allen, essas eram "idéias tipicamente reaganianas", pois trazidas pelo presidente dos tempos em que governara a Califórnia. Foram exatamente tais idéias que levaram muitos neoconservadores a trabalhar sob sua liderança, ainda que alguns deles, como Richard Perle, mantivessem filiação ao Partido Democrata (o primeiro a deixar o partido foi Elliott Abrams, que declarou preferir "trocar que lutar")[54].

Curiosamente, foi a fidelidade de Reagan a algumas dessas idéias que levou os neoconservadores de seu governo a, anos mais tarde, declararem-se desapontados com o presidente. Como salientado por Deudney e lkenberry, "a ironia de Reagan" era que seu "anti-nuclearismo" ("tão genuíno e forte quanto seu anti-comunistno") contrapunha-se de forma direta à convicção de muitos em sua administração, notadamente neo-conservadores como Perle, Rostow e Adelman. "Há amplas evidências de que Reagan tinha grande antipatia por armas nucleares e via sua eliminação como objetivo realista e desejável".[55] Embora Reagan aceitasse a idéia de uma corrida armamentista como parte do confronto com os soviéticos, o impasse foi finalmente quebrado

quando ele identificou, em Mikhail Gorbatchev, o mesmo ceticismo em relação ao papel das armas nucleares. Deudney e Ikenberry argumentam que a convergência de posições entre os dois líderes tornou-se clara "no encontro de cúpula de Genebra, em novembro de 1985 (...) e no encontro de outubro de 1986, em Reykjavik, quando [Reagan a Gorbatchev] chegaram muito perto de um entendimento sobre programa abrangente de desnuclearização, muito mais audacioso do que qualquer outro contemplado por estrategistas norte-americanos desde o plano Baruch de 1946".[56]

As idéias do presidente, que conflitavam claramente com as de seus assessores neoconservadores, provocaram tensão entre autoridades da área de segurança em Washington. A diplomacia de controle de armas de Reagan terminou por prevalecer, e isso essencialmente porque o "Secretário de Estado, George Schultz, tirando proveito das firmes convicções do presidente, logrou contornar a oposição acirrada aos acordos [por parte dos neoconservadores]"[57] - entre eles a de Perle, que acabou deixando o Departamento de Defesa em 1987.

Mas, mesmo antes de os neo-conservadores de Reagan se declararem "desapontados", muitos de seus correligionários mais radicais, que preferiram não ceder à tentação de um cargo no governo, dedicaram-se à tarefa de criticar duramente o presidente por suas supostas "incoerências". O mais indignado de todos era Norman Podhoretz, editor da revista *Commentary.* Podhoretz via as políticas americanas para a URSS como "teste irrefutável de pureza ideológica, força e coerência" - um teste no qual, em sua opinião, Reagan estava sendo reprovado. Em janeiro de 1981, enquanto o presidente tomava posse, Podhoretz escrevia sobre essa "oportunidade verdadeiramente histórica de reverter o declínio dos Estados Unidos". Um ano mais tarde diria, amargurado, que "Reagan não havia estabelecido políticas suficientemente fortes em relação ao bloco soviético." Argumentou, posteriormente, que pressões políticas "de apaziguadores, pacifistas e isolacionistas levaram [o presidente] a se engajar em negociações sobre desarmamento." Ao final do primeiro mandado (e, portanto, antes mesmo dos encontros de Cúpula de Genebra a Reykjavik), Podhoretz foi finalmente levado a admitir o que muitos consideravam óbvio: apesar da firmeza de suas idéias e princípios, Reagan "era mais político do que ideólogo".[58]

A psique de Bush não foi objeto do escrutínio de Barber, cujo livro *The Presidential Character* foi publicado, em sua mais recente edição, no início dos anos 1990. Langston e Sanders, no entanto, preencheram essa lacuna ao publicar artigo sobre a personalidade do atual presidente. Nele, Bush é classificado como um "ativo-negativo", e sua intimidade com os ideólogos neoconservadores explicada como possível conseqüência desse fato. Segundo as especulações dos autores, "[o presidente] talvez tenha acolhido a ideologia neoconservadora porque esta oferecia justificativa intelectual e filosófica para [uma] guerra (...) que ele, como outros presidentes de tipo ativo-negativo, consideram necessária como parte da luta contra o mal".[59] As especulações continuam, e fazem breve referência aos antecedentes religiosos do presidente: "[a personalidade de] Bush possui nuances profundamente religiosas. Quando o Presidente afirmou, na

Sala Oval da Casa Branca, em 7 de outubro de 2001, que 'estava ali por uma razão', deu a entender que cumpria, literalmente, uma missão de Deus".[60] Tenha ou não o presidente tencionado dizer o que disse, o fato é que sua identificação com os ideólogos neoconservadores provavelmente não é corolário de sua fé, de vez que os neoconservadores são conhecidos por não terem ligações históricas com fundamentalismos religiosos.

Ainda assim, existem possíveis conexões entre a espiritualidade do presidente e a agenda neoconservadora. A primeira delas é razoavelmente concreta: como tantos outros evangélicos, Bush pode sentir-se na obrigação de proteger a "Terra Santa" de Israel, país que é central na visão geoestratégica dos neoconservadores (muitos dos quais possuem laços estreitos com o governo israelense[61]). A segunda, possivelmente intangível, é ainda assim importante: sendo um homem que "renasceu" na fé cristã aos 40 anos de idade e que, poucos anos depois, viu-se bem sucedido na política, Bush pode ter desenvolvido um sentido de destino (ou fatalidade) mais intenso do que a média. Uma pessoa com tais características, se confrontada a um "evento catalisador" como o 11 de setembro, pode reagir de uma forma que outros não reagiriam. A declaração sobre a "missão de Deus", relatada por Woodward, remete exatamente a essa situação. Ao ver revelada sua "missão" na resposta à tragédia de 2001, o presidente viu-se na necessidade de produzir não somente uma *rationale* que a explicasse ao eleitor, mas também uma estratégia que levasse à sua implementação - e isso era exatamente o que alguns ideólogos neo-conservadores ofereciam: a concretude de uma doutrina.

Sobre o estilo de governar de Bush, é importante salientar o papel dominante desempenhado pelo Vice-Presidente Dick Cheney em assuntos governamentais, especialmente durante o primeiro mandato (2001-2005). A escolha de Cheney como parceiro de chapa foi vista por muitos como uma jogada política imposta pela necessidade de oferecer à candidatura Bush um nível maior de confiabilidade, dada a inexperiência do então governador do Texas. A reputação de Cheney como íntimo conhecedor das engrenagens políticas de Washington (ele foi Chefe de Gabinete de Gerald Ford, Secretário de Defesa e líder republicano no Congresso) destinava-se a compensar essa deficiência.

O fato, no entanto, é que o papel predominante de Cheney terminou servindo como canal direto por meio do qual os ideólogos neoconservadores foram conduzidos ao centro nervoso do poder político americano. O próprio Cheney é, com freqüência, citado como sendo neoconservador (embora alguns prefiram classificá-lo como realista de inspiração "Jacksoniana").[62] Sua assinatura consta de muitos dos documentos, produzidos nos anos noventa, que resumem a *rationale* e a agenda neoconservadoras do pós-Guerra Fria (Project for a New American Century[63], Defense Policy Guidance de 1992[64], etc.). O Vice-Presidente é, acima de tudo, firme defensor de muitos dos ideólogos neoconservadores que pertenceram (e ainda pertencem) ao governo, tendo, ele mesmo, trabalhado diretamente com alguns deles em mais de uma ocasião. Por

intermédio de Cheney, esses ideólogos tiveram, e talvez ainda tenham, acesso privilegiado aos ouvidos do presidente.

Contextos presidenciais

Skowronek considerava Reagan um caso clássico de "presidente de reconstrução", a exemplo de Roosevelt antes dele. Diferentemente de Roosevelt, no entanto, Reagan teve de enfrentar forte oposição, tanto doméstica como internacionalmente. Sua política externa assertiva gerava reações negativas no Congresso americano, parcialmente controlado pelos democratas (Câmara de Representantes), bem como por aqueles, nem sempre democratas, a quem Podhoretz se referia como "apaziguadores, pacifistas a isolacionistas". Essa oposição conteve o ímpeto conservador do presidente em mais do que uma ocasião, para grande desapontamento de seus assessores neoconservadores.

Stephen Knott enumera alguns desses episódios:[65]

(1) o famoso discurso de Reagan de 1982 perante o Parlamento inglês (em que anunciou o lançamento de uma "cruzada pela liberdade") foi recebido com grande ceticismo tanto pela imprensa norte-americana como pela inglesa.[66]

(2) a campanha retórica contra o Kremlin, que atingiu seu apogeu com o discurso sobre o "Império do Mal" (março de 1983), provocou intensa reação em ambos lados do espectro político americano: Strobe Talbott[67] "acusou [o Presidente] de ser o maior responsável pela piora das relações EUA-URSS, por não aceitar a paridade militar como base para as relações com Moscou"; Richard Nixon, por outro lado, "rejeitou a crença de Reagan de que a União Soviética poderia vir a ser enfraquecida por meio de pressão externa"[68].

(3) a corrida armamentista de Reagan e, em especial, a decisão de instalar mísseis Pershing II na Europa Ocidental, provocou "uma campanha maciça em favor do congelamento nuclear nos dois lados do Atlântico, campanha essa que foi descrita pelo presidente da Câmara de Representantes, Thomas P. O'Neill, como 'um dos movimentos políticos mais marcantes que vi em toda minha carreira política'." Destaque-se, nessa campanha, o papel dos bispos católicos norte-americanos, que emitiram, em 1982, declaração classificando a estratégia nuclear americana de "imoral" - fato que teria irritado Reagan.

(4) A decisão do presidente de apoiar a resistência afegã contra a ocupação soviética foi tratada com grande ceticismo por especialistas e jornalistas.[69]

(5) A política em relação à Nicaragua inspirou ainda mais resistência e ceticismo. Muitos congressistas referiram-se a ela como "o próximo Vietnã". Democratas na Câmara impuseram oposição sistemática aos planos do presidente[70]. Vários membros do próprio partido de Reagan manifestaram dúvidas sobre o assunto[71]. Knott acredita que essa resistência possa ter comprometido a determinação de Reagan de enfrentar diretamente os sandinistas, o que provocou forte reação por parte de alguns linhas-duras, como Jeanne Kirkpatrick e Caspar Weinberger.[72]

(6) Por fim, a decisão de invadir a ilha de Grenada custou-lhe não apenas críticas por parte da comunidade internacional (a Assembléia Geral da ONU denunciou por ampla maioria a invasão, e até mesmo Margaret Thatcher condenou a ação), como também uma reação furiosa da Câmara de Representantes, onde um grupo de democratas chegou mesmo a tentar processo de impeachment contra Reagan.

Sendo um "presidente de articulação" - sobretudo um eleito em circunstâncias das mais polêmicas -, seria de se esperar que George W. Bush enfrentasse oposição, ceticismo e mesmo descrédito ao revelar ao mundo a natureza de sua "missão". O fato é, no entanto, que a descoberta dessa missão deu-se, como observado acima, através dos ataques do 11 de setembro, fato que, sendo um "evento único a catalisador" (e uma tragédia nacional), não somente levou a uma completa reformulação da política externa americana como calou toda e qualquer oposição e crítica às veleidades do chefe de estado - por parte tanto do Congresso, preso a uma dinâmica de consenso bipartidário, como da imprensa e de parte do setor acadêmico.

Os eventos de setembro de 2001 foram instrumentais para o desenvolvimento da visão de mundo de Bush. Ele chegara à presidência sem experiência em política externa, e com um entendimento limitado sobre o funcionamento da dinâmica internacional. Durante os primeiros meses de seu governo, sua política externa carecia de direção e foco. Sob sua liderança, os EUA pareciam abrir mão de um maior ativismo de natureza global, anunciando, por exemplo, o desengajamento no Oriente Médio. Alguns especialistas atribuem essa carência de foco à "falta de um inimigo".

E.G. Matthews argumenta, a respeito, que "durante a Guerra Fria, era relativamente fácil identificar o inimigo. As forças que se contrapunham a objetivos e interesses americanos vinham da União Soviética e do comunismo. Após o colapso da União Soviética e o óbvio fracasso do comunismo, os EUA perderam seu inimigo implacável".[73] A importância do "inimigo", na visão de Matthews, decorria do fato de que representa um tema em torno do qual, em última análise, se organizava a política externa do país.

Os eventos de 11 de setembro devolveram esse tema a Bush, que "reformou completamente sua administração como resposta e mudou toda a agenda de política externa (...) O governo deu sinais de desejar (...) maior envolvimento no processo de paz do Oriente Médio e, obviamente, na luta contra o terrorismo, que surgiu como o foco central da presidência (...) assumindo importância essencial na nova política externa dos EUA, assim como o comunismo durante a Guerra Fria."[74]

Os ataques também garantiram a Bush apoio maciço da opinião pública, de parte do setor acadêmico e da imprensa. A popularidade do presidente atingiu patamar recorde de 90% no final de 2001. No Congresso (completamente controlado pelo Partido Republicano, ao contrário do que ocorrera nos anos Reagan), iniciativas como a lei *Patriot Act* foram aprovadas diligentemente, com pouquíssima resistência ou questionamento.

Quando o foco da "guerra contra o terrorismo" voltou-se para o Iraque, a maioria da população apoiou o presidente, assim como o Congresso, que autorizou o uso da força, e a mídia (com poucas exceções, como o jornal *The New York Times*)[75]. É interessante observar, nesse particular, que a oposição internacional à guerra (na ONU, mas sobretudo por parte de França e Alemanha) inflamou o nacionalismo americano e deu a Bush apoio interno ainda maior. Nesse ambiente de enorme consenso nacional, um dos poucos debates mais acirrados sobre a política externa do país deu-se dentro do próprio governo, entre neoconservadores e alguns enfraquecidos moderados (Colin Powell e Richard Armitage, entre outros).[76]

Em resumo, à diferença de Reagan, cuja visão de mundo suscitou intensa oposição interna, a "missão" de Bush quase não enfrentou censura. Esse fato deu ao presidente amplo espaço para implementar as idéias que lhe eram "sussurradas" pelos ideólogos neoconservadores.

IV Conclusão

O objetivo deste trabalho foi buscar entender o relacionamento entre presidentes americanos e seus assessores "ideológicos" (seus "homens de idéias", como prefere Langston). Com esse objetivo, foi estabelecido um modelo que faz uso de conceitos formulados por autores como Skowronek, Barber, George, Langston, Florig, Geertz, Blyth a Porter, entre outros. Esse modelo foi, em seguida, testado nos casos de Ronald Reagan a George W. Bush, que estão entre os líderes considerados os mais ideológicos da história americana. Ênfase especial foi dada ao relacionamento desses presidentes com ideólogos de expressão neoconservadora.

Esse exercício revelou que, embora Reagan e Bush tenham códigos operacionais e influências ideológicas comparáveis (a ponto de Reagan ser freqüentemente citado como "modelo" de Bush - algumas vezes pelo próprio Bush), eles não se relacionaram com seus "homens de idéias" da mesma forma.

Reagan trouxe para a Casa Branca idéias e convicções claramente definidas, senão sobre a dinâmica das relações internacionais como um todo, ao menos sobre o papel que queria para os EUA no mundo e, em especial, sobre o relacionamento com a URSS. Foram precisamente essas idéias que cativaram alguns ideólogos neoconservadores que vieram trabalhar sob sua liderança (Perle, Adelman, Elliot, Kirkpatrick, etc.), embora alguns ainda mantivessem filiação ao Partido Democrata (Perle).

Bush, por outro lado, parece ter chegado à Casa Branca sem visão clara de mundo e do papel dos EUA. Durante a campanha, foi tutoreado por um grupo de acadêmicos (os "Vulcanos"), reunidos por seu companheiro de chapa, Dick Cheney. Alguns desses tutores (notadamente Wolfowitz) correspondiam perfeitamente à definição de "ideólogo neoconservador". Desse contato, Bush extrairia uma *rationale* de que faria uso ao planejar sua "missão" pós-11 de setembro.

Os ataques terroristas representaram para Bush (para os EUA como um todo) um "evento catalisador"[77], levando o presidente a identificar um novo "inimigo" do país e, nesse sentido, a dar foco novo à política externa americana. Em tal exercício, Bush não enfrentou oposição interna digna de nota, exceção feita às disputas entre neo-conservadores e moderados dentro do próprio governo - rapidamente vencidas pelos primeiros.

No caso de Reagan, o "inimigo" era conhecido desde o início, assim como os objetivos do presidente: enfrentar e, idealmente, fazer recuar o comunismo. Reagan não viveu a experiência de um "evento catalisador." Em última instância, pode-se dizer que ele era (ou via a si mesmo como) o catalisador. A estratégia adotada para se chegar aos objetivos traçados pelo chefe de estado evoluiu, no entanto, com o passar dos anos, em razão da oposição interna que se levantou contra Reagan, além de seu pragmatismo e ceticismo quanto às armas nucleares. Essa estratégia, que inicialmente contara com o apoio entusiasmado dos neo-conservadores, acabou sendo criticada por muitos deles, por sua excessiva moderação e pragmatismo (por ser pouco ideológica).

Finalmente, viu-se que, embora Reagan fosse um presidente de tipo "passivo-positivo," segundo o esquema de Barber (portanto passível de ser influenciado por ideólogos), seu estilo de governar (especialmente no primeiro mandato) fez com que diferentes vozes e opiniões chegassem constantemente a ele. Bush, por outro lado (um "ativo-negativo", segundo Langston), adotou um modelo organizacional centralizado, com destaque para o papel do vice-presidente, o que proporcionou a alguns neoconservadores, protegidos de Cheney, acesso privilegiado aos ouvidos do Presidente.

Notas

1.Smith, James Allen, The Idea Brokers: think tanks and the rise of the new policy elite, New York: The Free Press, 1991, p. xvi.

2. Idem, p. xvii.

3. Whiting, Allen S.: "The Scholar and the Policy-Maker", in: *World Politics*, Vol. 24, Supplement (Spring 1972), p. 229-247.

4. Segundo Thomas Langston, "ao lidar com as ações do Executivo, [Roosevelt] parece não haver dado a menor importância às potenciais influências de seus assessores ideológicos" Langston, Thomas *Presidents: from the New Deal to the Reagan Revolution*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992, p. *xvii*.

5. Pfiffner, James P.: *The Modern Presidency*, 4th edition Thompson Wadsworth, Belmont, CA 2005, pp. 58-9.

6. Hicks, Sallie; Theodore Couloumbis, Eloise Forgette. "Influencing the Prince: a Role for Academicians?" in: *Polity*, Vol. 15, No. 2 (Winter 1982), p. 279-294.

7. Whiting, Allen S., Op. Cit.

8. Newsom, David D., *The Public Dimension of Foreign Policy*, Bloomington: Indiana University Press, 1996, p. 122-127.

9. Smith, James Allen, Op. Cit., p. xviii.

10. Florig, Dennis. *The Power of Presidential Ideologies,* Praeger Publishers, CT 1992.

11. *The American Heritage Dictionary*, 4ª Ed. Houghton Mifflin Company, 2006.

12. Langston, op.cit. p. 17.

13. Idem. p. 18.

14. Florig, op. cit. p. 5.

15. Idem. p. 5.

16. Idem. p. 9.

17. A expressão foi criada por Theodore Roosevelt, a referia-se à importância da Casa Branca como plataforma (púlpito) a partir da qual defender ou promover uma agenda política qualquer. Roosevelt usava freqüentemente o termo "bully" como adjetivo com o sentido de maravilhoso/sensacional.

18. Langston, op. cit. p.3.

19. "Ainda que o teor ideológico mais geral de um governo possa ser previsto em função do partido do presidente, as atitudes exatas que tomarão presidentes em assuntos específicos são imprevisíveis." - Florig, op. cit. p. 65.

20. Idem. p. 9.

21. Pfiffner, James P., Op. Cit. p. 59.

22. Skowronek, Stephen., "Presidential Leadership in Political Time", in *The Presidency and the Political System*, Michael Nelson (Ed.) – CQ Press, Washington DC, 2003 pp. 111-157.

23. Leites, Nathan, *The Operational Code of the Politburo*, The Rand Corporation (New York) 1951.

24. Rokeach, Milton, Beliefs, *Attitudes and Values* – Jossey-Bass Inc., San Francisco, 1968.

25. George, Alexander L., "The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The Operational-Code Belief System" in Lawrence S. Falkowski (Ed.) *Psychological Models in International Politics*, Westview Press, 1979.

26. George, Alexander L., "The Operational-Code: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making", in *International Studies Quarterly*, 13:2 (June 1969).

27. George, Alexander L., "The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The Operational-Code Belief System", Op. Cit.

28. Barber, James D., *The Presidential Character: Predicting Performance in the White House*, Prentice-Hall, NJ, 1985 (3rd Edition).

29. Idem. pp. 9-10.

30. "Os presidentes ativos-positivos recorrem a ideólogos, mas são por demais abertos para se deixarem cativar por suas perspectivas excessivamente rígidas" - Langston, Thomas and Elizabeth Sanders. "Predicting Ideological Intensity in Presidential Administrations," artigo apresentado em conferência da American Political Science Association, Philadelphia, Agosto 2003.

31. Langston and Sanders, op. cit. p. 8.

32. Idem. p. 9.

33. Porter, Roger. *Presidential Decision Making*, Cambridge University Press, 1980.

34. Idem. pp. 229-252.

35. Skowronek, S., *The Politics Presidents Make: Leadership from John Adams to George Bush*, Harvard University Press, 1993.

36. Idem. pp. 36-44.

37. "Tais Presidentes, em outra época, seriam compelidos a acolher aspectos da ideologia do partido da maioria a fim de tentar a reeleição". Langston e Sanders, op. cit. p. 12.

38. Idem. p. 18.

39. Idem. p. 19.

40. Que estabeleceu, entre outras mudanças, o sistema de eleições primárias dentro dos partidos, para escolha do candidato a presidente. Antes, a escolha do candidato dava-se praticamente a portas fechadas, pelas mãos dos líderes das agremiações. Com a instituição das primárias, candidatos a can-

didato passaram a disputar o voto dos eleitores filiados ao partido nos diferentes estados americanos. Com isso, perdeu poder a cúpula partidária a cresceu em importância e capacidade de o candidato comunicar-se diretamente com o eleitor.

41. Pode-se inferir a partir do modelo de Langston que o Congresso norte-americano (e os partidos no Congresso) desempenham o papel de contra-peso ideológico ao Presidente. O processo de tomada de decisões no Congresso é tal que o Poder Legislativo acaba sendo menos influenciado por excessos ideológicos. O Congresso, pode, portanto, ser um elemento de moderação política.

42. Langston, Thomas op. cit. p. 18-19.

43. Geertz, Clifford. *The Interpretation of Cultures* Basic Books, 2001.

44. Blyth, Mark. *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

45. Parmar, Inderjeet, "Catalyzing Events, Think Tanks and American Foreign Policy Shifts: a Comparative Analysis of the Impacts of Pearl Harbor 1941 and 11 September 2001", in *Government and Opposition*, Vol. 40:1 (janeiro de 2005).

46. 0 termo, freqüentemente usado em campanhas eleitorais, refere-se à atitude de políticos que não se deixaram corromper pelos usos a costumes políticos da capital americana *(Beltway é* o nome dado ao anel rodoviário que cerca Washington)

47. Economia da oferta - modelo que privilegia a oferta à demanda, a que por isso prega redução de impostos e demais entraves à produção.

48. Allen, Richard V., "The Man who Changed the Game Plan", in *National Interest , V*erão de 1996, número 44.

49. O termo neoconservador, usado a princípio de forma pejorativa, evocava o fato de que esses ideólogos haviam sido liberais no passado, quando associados ao Partido Democrata. Alguns deles (Norman Podhoretz e Irving Kristol) iniciaram sua militância política como comunistas, na década de 1940.

50. Ver Mann, James. *Rise of the Vulcans: the History of Bush's War Cabinet,* New York: Viking, 2004.

51. Langston a Sanders, Op. Cit.

52. Pfiffner, James P., *The Modern Presidency,* Thomson Wadsworth, 2005, p. 174

53. Idem. p. 177.

54. Citado em Winik, Jay, "The Neoconservative Reconstruction", em *Foreign Policy, No.* 73 (Winter 1988-89) p. 139

55. Deudney, D. e Ikenberry, G.J., "Who Won the Cold War?", em *Foreign Policy* No. 87 (Summer 1992).

56. Idem.

57. Don Oberdorfer, "The Turn: From the Cold War to a New Era", *The Washington Post (1991),* citado em Deudney, D. a lkenberry, G.J., Op. Cit.

58. Citado em Ehrman, John, *The Rise of Neoconservatism: Intellectuals and Foreign Affairs 1945-1994* Yale University Press, 1995 pp. 146-48.

59. Langston a Sanders, op. cit. p. 24.

60. Idem. p. 25. As citações de Bush encontram-se no livro de Bob Woodward: *Bush at War* (Simon e Schuster, NY, 2005), p. 205.

61. Richard Perie a Douglas Feith chegaram a produzir um estudo estratégico para o governo israelense no final dos anos 1990 (intitulado A *Clean Break: A New Strategy for Securing the Realm.* São conhecidas as ligações históricas entre Perle e o Likud. O neocon americano é especialmente próximo de Benjamin Netanyahu, ex-Primeiro Ministro de Israel.

62. Mead, Walter R., *Special Providence: American foreign policy and how it changed the world,* New York: Alfred A. Knopf, 2001.

63. Entidade criada em meados dos anos 1990, que prega a defesa de um projeto hegemônico americano no pós-Guerra Fria. A "Declaração de Princípios" do PNAC foi assinada por nomes

como Bill Kristol, Wolfowitz, Dick Cheney, Francis Fukuyama, Elliot Abrams, Donald Rumsfeld, Jeb Bush, etc.

64. Documento produzido pelo Departamento de Defesa (sob orientação de Wolfowitz, então Sub-Secretário Adjunto para Planejamento Político), que defendia um grande aumento nos gastos militares de forma a garantir que os EUA se mantivessem em sua situação de hegemonia no pós-Guerra Fria. O documento foi rejeitado pela Casa Branca, por ser considerado excessivamente radical.

65. Knott, Stephen F., "Reagan's Critics", em *National Interest* (número 44, 1996).

66. *The Daily Mail* descartou o discurso como sendo uma "visão super-simplificada do mundo"; *The Times* ridicularizou o discurso afirmando ser "o Flower Power de Ronald Reagan"; o *The New York Times* considerou-o um dos "pontos baixos" de sua viagem.

67. Atual presidente da Brookings Institution, foi Sub-Secretário de Estado durante o governo Clinton.

68. Knott, Stephen F., Op. Cit.

69. *O Newsweek* relatou em 1984 que "os mujaheddin não conseguiriam nunca ser fortes o suficiente para expulsar os soviéticos do Afeganistão". O *U.S News and World Report* considerou, em 1985, que "derrotar o exército soviético era um sonho impossível", enquanto que o *Washington Post,* naquele mesmo ano, denunciava que "estamos fornecendo armas, de forma oculta, para guerrilhas que não possuem a mínima chance de vencer".

70 O Presidente da Câmara, Tip O'Neil, chegou ao ponto de descrever os 'Contras', apoiados pelos EUA, como "carniceiros e mutiladores."

71. A deputada Lynn Martin teria dito: "Sou conservadora, e contarão com o meu apoio até o fim, mas o Vietnã foi sim uma lição".

72. "Reagan foi criticado [pelos conservadores] por não ser suficientemente explícito em sua oposição ao regime nicaraguense, e por não ter lançado mão de um ataque direto contra ele. Mas o fato é que não havia possibilidade de Reagan, mesmo no auge de suas habilidades como comunicador, convencer o povo americano da necessidade de tal plano" – Knott, Stephen, Op. Cit.

73. Elizabeth G. Matthews: "The Search for an Enemy: A Psychological Explanation of George W. Bush's PostSeptember 11 Foreign Policy" (artigo elaborado para apresentação na conferência anual da American Political Science Association, 2003).

74. Idem.

75. *O The Washington Post,* que é considerado um jornal liberal, publicou um editorial no dia da invasão apoiando (sem entusiasmo) a decisão.

76. Ver, a respeito, Daalder, Ivo e Lindsay, James *America Unbound: the Bush Revolution in Foreign Policy*, Brookings Institution, 2003; Woodward, Bob, *Bush at War,* Simon e Schuster, 2002; e Dolan, Chris e Cohen, David "The War about the War: advocacy coalitions, bureaucratic conflict, and the politics of national security in the G. W. Bush administration," trabalho apresentado na conferência anual da American Political Science Association, 2004.

77. Parmar, op.cit.

Referências Bibliográficas

Allen, Richard V. 1996. "The Man who Changed the Game Plan," em *National Interest* nº 44.

Barber, James D. 1985. *The Presidential Character: Predicting Performance in the White House* (New Jersey: Prentice-Hall).

Blyth, Mark. 2002. *Great Transformations: economic ideas and institutional change in the Twentieth Century* (Cambridge: Cambridge University Press).

Deudney, D. and Ikenberry, G.J. 1992. "Who Won the Cold War?" em *Foreign Policy* nº 87.

Florig, Dennis. 1992. *The Power of Presidential Ideologies* (Connecticut: Praeger Publishers,).

Geertz, Clifford. 2001. *The Interpretation of Cultures* (Basic Books).

George, Alexander L. 1979. "The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The Operational-Code Belief System" em Lawrence S. Falkowski, ed. *Psychological Models in International Politics* (Westview Press).

--------. 1969. "The Operational-Code: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making," in *International Studies Quarterly*, 13:2 (June).

Hicks, Sallie, Couloumbis, Theodore, and Forgette, Eloise. 1982. "Influencing the Prince: a Role for Academicians?" em *Polity*, Vol. 15, No. 2.

Knott, Stephen F. 1996. "Reagan's Critics," em *National Interest*, No. 44.

Langston, Thomas S. 1992. *Ideologues and Presidents: from the New Deal to the Reagan Revolution* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press).

Langston, Thomas and Sanders, Elizabeth. 2003. "Predicting Ideological Intensity in Presidential Administrations." (Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Philadelphia).

Leites, Nathan. 1951. *The operational code of the Politburo* (New York: The Rand Corporation.

Mann, James. 2004. *Rise of the Vulcans: the history of Bush's war cabinet* (New York: Viking.

Matthews, Elizabeth G. 2003. "The Search for an Enemy: A Psychological Explanation of George W. Bush's Post-September 11 Foreign Policy" (artigo apresentado durante a conferência annual da American Political Science Association, Philadelphia).

Mead, Walter R. 2001. *Special Providence: American foreign policy and how it changed the world* (New York: Alfred A. Knopf).

Newsom, David D. 1996. *The Public Dimension of Foreign Policy* (Bloomington: Indiana University Press).

Oberdorfer, Don. 1991. "The Turn: From the Cold War to a New Era," in *The Washington Post*. Citado em Deudney, D. and Ehrman, J. 1995. *The Rise of Neoconservatism: Intellectuals and Foreign Affairs 1945-1994* (Yale University Press).

Parmar, Inderjeet. 2005. "Catalyzing Events, Think Tanks and American Foreign Policy Shifts: A Comparative Analysis of the Impacts of Pearl Harbor 1941 and 11 September 2001", em *Government and Opposition*, Vol. 40:1.

Pfiffner, James P. 2005. *The Modern Presidency*, 4th edition (Belmont: Thompson Wadsworth).

Porter, Roger. 1980. *Presidential Decision Making* (Cambridge University Press).

Rokeach, Milton. 1968. *Beliefs, Attitudes and Values* (San Francisco: Jossey-Bass Inc.).

Skowronek, Stephen. 2003. "Presidential Leadership in Political Time," em *The Presidency and the Political System*, Michael Nelson, ed (Washington DC: CQ Press).

----------. 1993. *The Politics Presidents Make: Leadership from John Adams to George Bush* (Harvard University Press).

Smith, James Allen. 1991. *The Idea Brokers: think tanks and the rise of the new policy elite* (New York: The Free Press).

Whiting, Allen S. 1972. "The Scholar and the Policy-Maker", em *World Politics*, Vol. 24, Supplement (Spring).

Winik, Jay. 1988-89 "The Neoconservative Reconstruction", em *Foreign Policy*, No. 73 (Winter).

Woodward, Bob. 2005. *Bush at War* (New York: Simon and Schuster), p. 205.